



UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA
INSTITUTO DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM LÍNGUA E CULTURA -
PPGLINC

RENATO MEDEIROS DA FONSECA JÚNIOR

O COMPORTAMENTO MORFOSSINTÁTICO DOS
POSSESSIVOS CANÔNICOS E NÃO-CANÔNICOS DE
TERCEIRA PESSOA NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

Salvador

2019

RENATO MEDEIROS DA FONSECA JÚNIOR

**O COMPORTAMENTO MORFOSSINTÁTICO DOS POSSESSIVOS
CANÔNICOS E NÃO-CANÔNICOS DE TERCEIRA PESSOA NO
PORTUGUÊS BRASILEIRO**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Língua e Cultura, do Instituto de Letras da Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito parcial à obtenção do grau de Mestre em Língua e Cultura.

Orientador: Prof. Dr. Danniell da Silva Carvalho

Salvador

2019

Ficha catalográfica elaborada pelo Sistema Universitário de Bibliotecas (SIBI/UFBA),
com os dados fornecidos pelo(a) autor(a).

Medeiros da Fonseca Júnior, Renato
O COMPORTAMENTO MORFOSSINTÁTICO DOS POSSESSIVOS
CANÔNICOS E NÃO-CANÔNICOS DE TERCEIRA PESSOA NO
PORTUGUÊS BRASILEIRO / Renato Medeiros da Fonseca
Júnior. -- Salvador, 2019.
89 f.

Orientador: Danniel da Silva Carvalho.
Dissertação (Mestrado - Programa de Pós-Graduação em
Língua e Cultura) -- Universidade Federal da Bahia,
Instituto de Letras, 2019.

1. Pronome possessivo de terceira pessoa. 2.
Teoria da Ligação. 3. Gramática Gerativa. 4.
Antecedente. 5. Sintaxe. I. da Silva Carvalho,
Danniel. II. Título.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, o professor Doutor Dannel da Silva Carvalho, por todo apoio que recebi até aqui, pelas discussões, incentivos sem os quais esse trabalho não seria possível. Obrigado por acreditar em mim mesmo quando nem mesmo eu me achei capaz de desenvolver essa dissertação.

Aos meus amigos do PHINA que me apoiaram durante todo esse processo. As conversas, os desabafos, os puxões de orelha, as indicações de leitura, e por estarem sempre dispostos a ajudar. Aos mais próximos, Jaqueline Lucchesi, Vitor Cavalcanti, Sinval Araújo, Eloísa Maiane Barbosa e, especialmente Fernanda Cerqueira por estar sempre ao meu lado com sugestões e críticas que foram essenciais no desenvolvimento desse trabalho e por ser um modelo para mim.

A Juliana Dias e Caio Lincoln Araújo, meus amigos e vizinhos. Obrigado por estarem sempre por perto e trazerem conforto nos momentos difíceis. Amigos, sem vocês tudo seria muito mais difícil.

A Ítalo Lira e Cleuza Oliveira. Nada do que eu escreva aqui seria suficiente para agradecer tudo o que fizeram por mim. Vocês estiveram comigo nos momentos mais difíceis e nunca hesitaram em estar ao meu lado. Obrigado não só por me ajudarem quando precisei, mas por compartilharem suas vidas comigo. Sou eternamente grato pela família que ganhei chegando a Salvador.

A minha família, que apesar de longe, sempre acreditou em mim. A minha mãe, Luísa da Glória Silva, e meu pai, Renato Medeiros da Fonseca, que sempre apoiaram minhas decisões, mesmo que isso significasse estar longe de casa. Sem vocês não estaria aqui e o que vocês me ensinaram estará sempre presente na minha vida. Muito obrigado!

A todos que diretamente ou indiretamente contribuíram para meu desenvolvimento acadêmico. Aos professores que me inspiraram a querer saber mais.

Estarei sempre aqui por vocês. Mais uma vez, muito obrigado a todos que contribuíram para essa trajetória ainda em construção. Contem comigo!

RESUMO

O objetivo deste trabalho é descrever o comportamento morfossintático dos pronomes possessivos de terceira pessoa canônicos e não-canônicos levando em conta a posição que ocorrem no sintagma nominal, a fonte de concordância nominal, a natureza de seus antecedentes e comportamento semântico. Por pronome possessivo canônico entendemos as formas que possuem marca morfológica de genitivo (seu/sua), e por não-canônicos as formas compostas pela preposição *de* + pronome pleno (dele/dela). Para a descrição, utilizamos os pressupostos da Gramática Gerativa (CHOMSKY, 1957 e subsequentes), mais especificamente a Teoria da Ligação proposta por Chomsky (1981). Discutimos o conceito de pronome e sua natureza dêitica e apresentamos a perspectiva que as gramáticas tradicionais têm dos pronomes possessivos. Recorremos aos estudos de Cerqueira (1996) – que analisa do ponto de vista sintático, observando suas ordenações na sentença – e Müller (1997) – que faz um paralelo entre sintaxe e semântica – como ponto de partida para entendermos o comportamento dos possessivos de terceira pessoa. Observamos algumas restrições na ligação dos pronomes possessivos a seus antecedentes. Alguns traços como animacidade e definitude no antecedente também se mostraram relevantes distribuição dos possessivos. As posições pré e pós-nominais, da mesma maneira, foram relevantes na distribuição desses pronomes. Por fim, apresentamos algumas evidências para se considerar as formas canônicas do pronome possessivo como anáforas e as formas não-canônicas, como pronomes, de acordo com os princípios da Teoria da Ligação.

Palavras-chave: Pronome possessivo de terceira pessoa, Teoria da Ligação, Gramática Gerativa, Antecedente, Sintaxe.

ABSTRACT

The purpose of this work is to describe the morphosyntactic behavior of canonical and non-canonical third-person possessive pronouns, taking into account the position that they occur in the noun phrase, the source of nominal agreement, the nature of its antecedents and semantic behavior. By canonical possessive pronoun we mean forms that have a morphological mark of genitive (*seu / sua*), and by non-canonical forms composed by the preposition *de* + full pronoun (*dele / dela*). For the description, we make use of the assumptions of Generative Grammar (Chomsky, 1957 and subsequent), more specifically the Binding Theory proposed by Chomsky (1981). We discuss the concept of pronoun and its deictic nature and we present the perspective traditional grammar has of possessive pronouns. We turn to the studies of Cerqueira (1996) - who analyzes them from a syntactic point of view, observing its ordering in the sentence - and Müller (1997) - that makes a parallel between syntax and semantics - as a starting point for understanding the behavior of third person possessive pronouns. We observed some restrictions in the binding of the possessive pronouns to their antecedents. Some features such as animacy and definiteness of the antecedent were also shown to be relevant in the distribution of the possessives. Pre and post-nominal positions, in the same way, were relevant in the distribution of these pronouns. Finally, we present some evidence to consider the canonical forms of the possessive pronoun as anaphora and noncanonical forms, as pronouns, according to the principles of the Binding Theory.

Keywords: Third-person possessive pronoun, Binding Theory, Generative Grammar, Antecedent, Syntax.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1 – PRONOMES POSSESSIVOS CANÔNICOS E NÃO-CANÔNICOS

QUADRO 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PRONOMES QUANTO A FUNÇÃO SINTÁTICA

QUADRO 3 – PARADIGMA PRONOMINAL PESSOAL E POSSESSIVO NO PB

QUADRO 4 – PRONOMES PESSOAIS RETOS E POSSESSIVOS

QUADRO 5 – COMBINATÓRIA DOS PRONOMES PESSOAIS EM FUNÇÃO DA CATEGORIA DE PESSOA

QUADRO 6 - RELAÇÃO DE POSSESSIVOS E PESSOAIS QUANTO À PESSOA, NÚMERO E GÊNERO

QUADRO 7 – PESSOAS NA CONSTRUÇÃO DE POSSE SEGUNDO NEVES (2000)

QUADRO 8 – TIPO SEMÂNTICO DO SINTAGMA NOMINAL ANTECEDENTE E A FORMA POSSESSIVA CORRESPONDENTE A SUA RETOMADA

QUADRO 9 – POSIÇÃO DOS PRONOMES POSSESSIVOS E A REALIZAÇÃO DE DETERMINANTES NO SINTAGMA NOMINAL

QUADRO 10 – CONCORDÂNCIA DE GÊNERO NÚMERO E PESSOA; POSSUIDOR E POSSUÍDO:

QUADRO 11 – SINTAGMAS GENÉRICOS E DETERMINADOS A PARTIR DOS TRAÇOS DE DEFINITUDE E ESPECIFICIDADE

Sumário

1	INTRODUÇÃO	9
1.1	APRESENTAÇÃO	9
1.2	A GRAMÁTICA GERATIVA E A TEORIA DA LIGAÇÃO	19
1.2.1	Anáforas, Pronomes e Expressões-R	20
1.2.2	Teoria da Ligação	22
1.3	ESTRATÉGIAS DE POSSE NO PORTUGUÊS BRASILEIRO	23
1.4	ESTUTURA DO TRABALHO	25
2	ESTUDOS SOBRE A NATUREZA DOS PRONOMES DE TERCEIRA PESSOA	26
2.1	PRONOMES	26
2.1.1	Pessoa e número	32
2.2	A NATUREZA DÊITICA DOS PRONOMES	37
2.3	OS POSSESSIVOS DE TERCEIRA PESSOA	40
2.3.1	Gramáticas tradicionais	41
2.3.2	Cerqueira (1996)	43
2.3.3	Müller (1997)	47
2.4	SUMÁRIO	50
3	A DISTRIBUIÇÃO DOS PRONOMES POSSESSIVOS DE TERCEIRO PESSOA EM PB	51
3.1	COMPORTAMENTO MORFOSSINTÁTICO	51
3.1.1	Posição pré e pós-nominal dos pronomes possessivos de terceira pessoa	51
3.1.2	Fonte da concordância nominal (traços de gênero, número e pessoa)	59
3.2	NATUREZA DO ANTECEDENTE	64
3.2.1	Pronomes indefinidos	65
3.2.2	Quantificador como antecedente	67
3.2.3	Pronome interrogativo como antecedente	70
3.3	COMPORTAMENTO SEMÂNTICO	71
3.3.1	Posse inalienável	71
3.3.2	Animacidade	73
3.3.3	GENERICIDADE E DETERMINAÇÃO	75
3.3.4	Papel semântico do pronome possessivo de terceira pessoa	78
4	CONSIDERAÇÕES FINAIS	81
	REFERÊNCIAS	87

1 INTRODUÇÃO

1.1 APRESENTAÇÃO

Este trabalho pretende contribuir para a compreensão das formas pronominais possessivas não-canônicas¹ de terceira pessoa, ilustradas em (1) abaixo, descrevendo seus contextos de uso e suas relações referenciais (cf. (2)), a partir da noção de *pronome* com base na Teoria da Vinculação (cf. CHOMSKYS, 1981).

(1) A amiga [**dele**]_i mora perto da escola.

(2) [**O primo [do Tiago]**]_j quer as coisas [**dele**]_{i/j/k}.

Em (1) e (2), podemos perceber, a princípio, a ligação que o pronome possessivo não-canônico estabelece com seu antecedente. Em (1), *dele* se liga a um referente não expresso no ato comunicativo, já em (2), o possessivo pode ter como antecedente o sintagma [*O primo do Tiago*] ou apenas o sintagma [*do Tiago*], em uma relação anafórica, quanto referenciar uma entidade fora do contexto discursivo.

Através da descrição do comportamento dos pronomes possessivos de terceira pessoa (canônicos e não-canônicos), podemos observar que apesar de ambos expressarem posse, eles diferem quanto a realização sintática, morfológica e semântica. Tendo isso em vista, podemos dizer que há restrições quanto a posição em que ocorrem, sejam pré ou pós-nominais, acompanhados ou não de um determinante. A concordância também se dá de maneira distinta: para os canônicos a fonte de concordância é o item possuído, já para os não-canônicos é o possuidor. Isso revela restrições quanto ao uso e também na possibilidade recuperação do gênero do possuidor. A natureza do antecedente também impõe restrições na distribuição dos possessivos, já que traços como animacidade, genericidade e definitude influenciam diretamente a ocorrência seja dos canônicos ou não-canônicos.

¹ Assumiremos a nomenclatura “canônico” e “não-canônico” para, respectivamente, os pronomes que possuem marcação morfológica para as diferentes funções sintáticas que desempenham e para os pronomes que não possuem marcação morfológica, mas desempenham diferentes funções na sentença, de acordo com a Teoria do Caso (Chomsky, 1981).

Logo, investigaremos neste trabalho o comportamento dos possessivos canônicos e não-canônicos no PB, visto que pretendemos descrever o comportamento morfossintático desses elementos linguísticos e seu processo de ligação aos seus antecedentes.

Segundo Barros e Bittencourt (2004), a ação de possuir é interpretada genericamente pela paráfrase “x **tem** de certo modo y” e invertendo a ordem das variáveis temos “y **é pertencente ou pertinente a x**” ou de forma resumida “de certo modo y **é de x**”. Ou seja, não há a relação de posse sem que haja uma relação de pertencimento entre duas entidades. Cintra e Cunha (2017, p. 337) afirmam que “O pronome possessivo não exprime sempre uma relação de posse ou pertinência, real ou figurada”. Isto é, não se limitam a relação “x tem y” ou “y é de x”, mas expressam conteúdos relacionais que vão além da função que lhes é atribuída na maioria dos casos, pois, ao pensarmos em possessivo, o primeiro entendimento que temos é a relação de posse estabelecida entre dois indivíduos.

Esses conteúdos semânticos são descritos por Neves (2000) da seguinte forma: posse, pertença, inclusão, relação espacial, agente, experienciador, afetado, objetivo, origem, meta, etc. Exemplificamos abaixo algumas dessas relações:

- (3) A família **dele** é grande.
- (4) Observe a placa à **sua** esquerda.
- (5) Largou tudo e foi ao encontro **dela**.

Em (3) temos uma relação de inclusão onde o referente do pronome *dele* não possui a *família*, mas faz parte dela; em (4), o possessivo indica relação espacial; e em (5), exprime a ideia de meta. Em nenhum dos exemplos de (3) a (5) o possessivo estabelece uma relação de posse. Na seção 3, exploraremos alguns conteúdos semânticos do antecedente que podem trazer restrições na realização dos possessivos, como, por exemplo, animacidade, genericidade e determinação. A posse inalienável também traz restrições quanto ao uso do possessivo, principalmente nos casos onde o antecedente é inanimado.

Apesar dos pronomes possessivos canônicos e não-canônicos estabelecerem relação de posse entre um possuidor e um possuído, ambos possessivos apresentam

comportamentos distintos. A ambiguidade, por exemplo, é observada como um dos fatores que distingue os possessivos canônicos e possessivos não-canônicos.

Tradicionalmente, os possessivos são classificados como a classe de pronomes que estabelece uma relação entre um possuidor e uma coisa possuída. Os possessivos podem apresentar tanto função pronominal como determinante. Quando pronominais, geralmente são acompanhados de um artigo, seja definido ou indefinido, que por vezes alteram a posição do possessivo na sentença, como em (6) e (7). Isso ocorre também em línguas como o espanhol, francês e italiano, por exemplo (CASTILHO, 2012).

(6) O **meu** relógio.

(7) Um relógio **meu**.

Em (6), o possessivo canônico *meu* ocorre em posição pré-nominal, precedido de um artigo definido. Já em (7), *meu* ocorre em posição pós-nominal. O determinante indefinido *um* parece desempenhar um papel importante na posição em que o possessivo pode ocorrer, já que não podemos mover *meu* para a posição pré-nominal, em (7), sem que a sentença se torne agramatical, como em (8); porém o canônico permite essa alteração sem prejuízo para a sentença – mesmo que o valor do enunciado se altere – como em (9):

(8) *Um **meu** relógio.

(9) *O relógio **meu**.

Os pronomes possessivos encontrados no Português Brasileiro (PB) se apresentam basicamente de duas formas: forma canônica ou não-canônica (preposicionada). A primeira se refere à forma assumida pelos pronomes quando apresentam caso genitivo e possuem morfologia associada às diferentes funções sintáticas. Já a segunda aponta para os possessivos que são regidos pela preposição 'de' que lhes confere o estatuto de possessivo e não possuem em sua morfologia

marcação distinta a partir de sua função sintática.² O quadro³ abaixo ilustra o paradigma dos pronomes possessivos em PB.

QUADRO 1 – PRONOMES POSSESSIVOS CANÔNICOS E NÃO-CANÔNICOS

	Canônicas	Não-canônicas
1 sg	meu, minha, meus, minhas	d'eu, de mim
2 sg	teu(s), tua(s), seu(s), sua(s)	de você
3 sg	seu(s), sua(s)	dele, dela
1 pl	nosso(s), nossa(s)	de nós
2 pl	vosso(s), vossa(s)	de vocês
3 pl	seu(s), sua(s)	deles, delas

Fonte: adaptado de Carvalho (2008).

Tanto os pronomes possessivos canônicos, quanto os não-canônicos, são produtivos em PB. Se olharmos a segunda e terceira pessoas do singular, vemos que a escolha por formas como 'dele/dela' se dá para que não ocorra ambiguidade na sentença, já que *seu/sua* podem referenciar tanto segunda, quanto terceira pessoa.

As formas pronominais possessivas não canônicas parecem, em princípio, ter uma distribuição livre, já que são constituídas por pronomes plenos, que no PB ocorrem em diferentes posições na sentença desempenhando funções diversas.

(10) **Ele** chegou cedo.

(11) Ela viu **ele** ontem.

(12) Você conversou com **ele**.

Como será visto na seção 3, as formas pronominais possessivas não canônicas não apresentam uma distribuição tão livre quanto parece. Por exemplo, a forma não

² Assumiremos por enquanto que as diferentes marcas casuais previstas na Teoria do Caso (Chomsky, 1981) representam diferentes funções sintáticas.

³ O quadro foi construído considerando os dados de Carvalho (2008, p. 30)

canônica não pode acontecer quando o referente possuidor é um pronome indefinido o que não acontece com os canônicos, como pode ser visto nos exemplos abaixo:

- (13) **Todos_i** querem **seu_i** lugar.
- (14) a. ***Todos_i** querem o lugar **dele_i/deles_i**.
b. **Todos_i** querem o lugar **dele_j/deles_j**.

Em (13), o possessivo *seu* tem como antecedente um pronome indefinido, estabelecendo uma relação anafórica. Já o possessivo não-canônico em (14a) não pode estar ligado ao pronome indefinido pois culmina na agramaticalidade da sentença, a não ser que a referência do possuidor esteja fora do domínio sentencial, como em (14b). Isso parece estar relacionado à definitude apresentada pelo pronome indefinido, já que os pronomes de terceira pessoa apresentam maior grau de definitude o que inviabilizaria a ligação entre os dois itens.

De que acordo com a Teoria da Vinculação (Chomsky, 1981), pronomes são itens lexicais livres dentro do seu domínio de vinculação, ou seja, não tem antecedente expresso na mesma oração simples. Uma anáfora, por sua vez, é ligada ao seu antecedente dentro da oração que a contém. Neste caso, retomando o exemplo (14), percebemos que *dele* desempenha papel de pronome e não de anáfora, já que não pode se ligar ao antecedente, o que não é a situação de (13) em que o pronome possessivo canônico se liga ao pronome indefinido estabelecendo uma relação anafórica. A dêixis pronominal também está relacionada as possibilidades de referenciação do antecedente e o possessivo ao qual pode ou não ser ligado. Essa discussão será retomada na seção 2.

Para pronomes de primeira e segunda pessoas, o valor dêitico é bastante acentuado e funciona como um indicador que referencia os participantes no ato de comunicação. Os valores de referência desses pronomes se dão em relação as pessoas do discurso e se situam dentro do momento discursivo (cf. FILLMORE, 1977).

- (15) *Eu vi você* ontem.

Em (15), a referência dos pronomes *eu* e *você* se alternam a depender da pessoa do discurso que produz o enunciado. Tais valores mudam à medida que os

participantes se alternam na produção do contexto discursivo. Para os pronomes de terceira pessoa, entretanto, o valor dêitico é menos marcado que os de primeira e segunda pessoas. Para esses pronomes o valor referencial se realiza apontando para uma entidade fora do contexto discursivo, ou seja, seu referente não participa do contexto discursivo e pode ser ligado a expressões livres dependendo da situação discursivo-pragmática.

(16) Você escolheu **ela**.

O pronome de terceira pessoa *ela* em (16) expressa um valor referente que não está diretamente ligado ao momento discursivo, mas aponta para um referente não expresso na sentença que pode ser recuperado – muitas vezes – pela situação discursivo-pragmática, como dito anteriormente. Já o pronome *você* identifica o referente no momento do ato comunicativo, pois referencia diretamente a segunda pessoa, ou seja, a quem se fala.

A partir desse comparativo, percebemos que a referenciação dos pronomes de terceira pessoa se dá de forma mais livre que os de primeira e segunda, já que os primeiros podem tanto estabelecer uma relação anafórica com seus antecedentes ou funcionar como forma pronominal livre, não estando ligados a nenhum referente expresso na sentença.

Outras línguas, como o inglês, apresentam outras formas para representar o genitivo, como ilustrado em (17), (18) e (19):

(17) Mary's phone is broken.
 Mary'GEN telefone está quebrado.
 O telefone de Mary está quebrado.

(18) The power **of** the queen.
 O poder PREP da rainha.
 O poder da rainha.

(19) She is a friend **of** Maria's.
 Ela é uma amiga PREP Maria'GEN.
 Ela é uma amiga de Maria.

A leitura possessiva em (17) é obtida pela forma genitiva, que é marcada na sentença pelo 's indicando que o sintagma nominal que vem em seguida é o item possuído por *Mary*. Em (18), a relação de posse se dá através da preposição *of* conectando o sintagma *The power a the queen*. Já em (19), podemos ver que as duas estratégias são usadas em conjunto. Em PB, para obtermos o mesmo sentido da sentença em (17), necessitamos da preposição 'de' para conferir o caráter possessivo, ligando o objeto possuído ao possuidor, como em (20).

(20) O telefone [da Maria] está quebrado.

Nas formas não-canônicas, a composição do possessivo se dá unindo a preposição 'de' a um pronome nominativo. A forma manifestada do pronome está diretamente relacionada com a função que ele ocupa na sentença. Entretanto, como apresentado no quadro 2, as formas do nominativo podem ser encontradas ocupando todas as funções sintáticas: acusativa, dativa e genitiva, como ilustrado no quadro abaixo:

QUADRO 2 – DISTRIBUIÇÃO DOS PRONOMES QUANTO A FUNÇÃO SINTÁTICA

	NOM	AC	DAT	ABL	GEN
1sg	Eu	Meu/eu	Me/mim/eu	Comigo/eu	Meu(s), minha(s)/deu/de mim
2sg	Você/tu	Você/tu/te/lhe	Lhe/você/te/ti	Contigo/você	Seu(s), sua(s)/teu(s), tua(s)
3sg	Ele, ela	Ele, ela/se	Ele, ela/lhe	Ele, ela	Seu, sua/dele, dela
1pl	Nós, a gente	Nos/nós/ a gente	Nos/nós/ a gente	Conosco/nós/ a gente	Nosso(s), nossa(s)/de nós, da gente
2pl	Vocês	Vocês	Vocês	Vocês	De vocês
3pl	Eles, elas	Eles, elas/ se	Eles, elas/se	Eles, elas	Seu(s), sua(s)/deles, delas

Fonte: Carvalho (2008, p. 30).

A partir do acima exposto, somos levados a acreditar que os pronomes possessivos não-canônicos, por serem compostos pela preposição *de* e a forma

nominativa do pronome pessoal, também parecem ter uma distribuição irrestrita. Os exemplos em (21), (22) e (23) apresentam essas possibilidades.

- (21) **Ele** é meu irmão. (sujeito/nominativo)
- (22) Eu vi **ela** na escola. (objeto/acusativo)
- (23) A mãe **dela** veio ontem. (adjunto adnominal/genitivo)

Entretanto alguns dados mostram que a distribuição da forma pronominal possessiva não canônica apresenta algumas restrições. Observemos os exemplos abaixo:

- (24) a. O carro **dela** é vermelho.
 b. *O **dela** carro é vermelho.
 c. ***Dela** carro é vermelho.
- (25) a. O **seu** carro é azul.
 b. ?O carro **seu** é azul.
 c. **Seu** carro é azul.

Os exemplos em (24) nos apontam algumas restrições em relação a distribuição do possessivo não-canônico na sentença. Em (24a) o possessivo está posposto ao sintagma nominal. Já em (24b) e (24c), as sentenças são agramaticais, pois o possessivo não-canônico não pode ocupar a posição pré-nominal. Em (25), os possessivos canônicos parecem ocupar ambas as posições: pré e pós-nominal.⁴ A interrogação em (25b) se dá em decorrência da aceitabilidade da sentença que pode ser produtiva para alguns falantes e para outros não. O canônico é, também, produtivo sem a presença de um determinante o antecedendo, como em (25c).

Além de não ocuparem a mesma posição na sentença, existe uma questão de ambiguidade que a forma canônica apresenta. Por exemplo, podemos ter duas

⁴ Uma discussão a respeito das ocorrências dos possessivos canônicos e não-canônicos em posições pré e pós-nominais será feita mais adiante na seção 3.

interpretações para (25a): o carro pertence a quem se fala ou a uma pessoa fora do discurso. Já com a forma não-canônica (24a), a ambiguidade parece desaparecer e fica claro quem é o possuidor do carro – entidade extra discursiva.

Além disso, não podemos verificar, através da forma canônica, o gênero do referente, tornando-se possível a recuperação do gênero do referente através do determinante. Algumas categorias, tais como pessoa, número e gênero, servem para a identificação de restrições das duas formas que geralmente são os que compõe os nominais. Essas categorias não são representadas morfologicamente nos pronomes de 1ª e 2ª pessoa, principalmente os nominativos:

(26) Eu estou estressado.

(27) Você é desastrada.

Nos dados em (26) e (27), o gênero do referente é realizado na flexão do adjetivo, o que não ocorre com a 3ª pessoa, que já apresenta flexão de gênero na própria forma pronominal. Nenhuma das duas formas possuem uma marcação que defina por si só o gênero do referente, de modo que a sua concordância será orientada em função do falante. Isto é, se o falante é masculino a flexão é masculina, como em (26), se o ouvinte é feminino, a flexão será no feminino, como em (27).

No caso dos possessivos não-canônicos, o pronome pleno de terceira pessoa - 'ele/ela' – carrega o traço que permite a identificação de gênero do referente. Nas formas canônicas, o possessivo concorda com o nome o qual faz referência, flexionando-se em número e gênero, o que não ocorre com o não-canônico cuja concordância se dá em função do núcleo do sintagma nominal que o antecede, como será melhor discutido na seção 3:

(28) **Suas**_{jk} roupas estão sujas. (Referente: 2ª / 3ª pessoa)

(29) As roupas **dele**_j estão sujas. (Referente: 3ª pessoa)

Diante disso, este trabalho busca descrever as restrições morfossintáticas e semânticas das formas canônicas e não canônicas de terceira pessoa, em PB, com vistas a apresentar pistas para seu licenciamento, já que as duas formas do

possessivo não apresentam o mesmo comportamento, como mostram os dados abaixo:

- (30) **[Cada um]_i** acredita na **[sua]_i** verdade.
- (31) ***[Cada um]_i** acredita na verdade **[dele]_i**.
- (32) **[Alguém]_i** que tem **[sua]_i** casa invadida.
- (33) ***[Alguém]_i** que tem a casa **[dele]_i** invadida.
- (34) **[Quem]_i** preparou **[sua]_i** comida não teve problemas.
- (35) ***[Quem]_i** preparou a comida **[dele]_i** não teve problemas.

Como observado nos dados em (30) a (35), os possessivos não-canônicos não permitem antecedentes indefinidos, causando agramaticalidade nos exemplos (31), (32) e (35). Por outro lado, os pronomes possessivos canônicos admitem antecedentes indefinidos, não havendo comprometimento da estrutura sintática e possíveis interpretações do enunciado, como nos exemplos (30), (32) e (34). Como observado nos exemplos em (23) e (25), repetidos abaixo em (36) e (37), e também no exemplo em (38), o possessivo não-canônico aponta exclusivamente a uma entidade ou fora do contexto sentencial ou do contexto discursivo.

- (36) A mãe **dela_j** veio ontem.
- (37) O **seu_{j/k}** carro é azul.
- (38) Esse relógio é **seu_{j/k}**.

Esse fato pode ser caracterizado pela própria formação do possessivo não-canônico que tem sua estrutura interna formada por uma preposição e um pronome do nominativo, que de acordo com a Teoria da Ligação precisar ser livre em seu domínio de ligação. Sendo este o caso, o pronome nominativo de terceira pessoa

parece restringir a vinculação do pronome ao seu antecedente. Já os canônicos *seu/sua* ocupam tanto papel de segunda quanto terceira pessoa, sendo possível que estes se vinculem ao antecedente em uma relação anafórica. Mais detalhes serão abordados nas próximas seções quando mais dados forem apresentados e discutidos.

1.2 A GRAMÁTICA GERATIVA E A TEORIA DA LIGAÇÃO

O estudo da Gramática Gerativa se caracteriza como um programa de investigação linguística que propõe estudar a linguagem humana, como uma faculdade inata, através de postulações universais presentes em todas as línguas naturais.

Para a Gramática Gerativa, a língua é internalizada e inata, ou seja, é uma capacidade característica da espécie humana que se localiza na mente/cérebro do falante e se desenvolve a partir de um conjunto de regras internalizadas.

A essa característica inata da língua atribuímos a *faculdade da linguagem*, que é o aparato mental localizado na mente/cérebro humano responsável pelo desenvolvimento da linguagem. Duas noções são essenciais ao discorrer sobre a faculdade da linguagem no programa gerativista: *Princípios e Parâmetros*. Os Princípios são definidos como regras fixas que são comuns a todas as línguas, ou seja, leis gerais que definem a estrutura básica das línguas. Os Parâmetros, por sua vez, são propriedades que variam de língua para língua, responsáveis pelas diferenças de uma língua para outra. No estágio inicial de aquisição de uma língua, o falante possui em seu aparato mental todos os Princípios e Parâmetros necessários para o desenvolvimento linguístico. Esse estágio inicial é chamado de Gramática Universal (GU). A marcação desse conjunto de Parâmetros culmina no desenvolvimento de uma gramática particular de uma língua – Língua-I. O objetivo do programa gerativo é investigar como a língua é processada por esses módulos ou aparatos mentais, se utilizando de dados linguísticos para descrever e analisar os fatos linguísticos que ocorrem no processamento mental.

Dentre os princípios previstos pela GU, estão aqueles responsáveis pela distribuição das expressões (pro)nominais. Tais princípios são encarregados também pela referência dessas expressões. A Teoria da Ligação proposta por Chomsky

(1981) estabelece as propriedades estruturais e semânticas das relações referenciais entre sintagmas nominais. A teoria funciona como um elo que busca explicar como uma expressão linguística com potencial de referência se liga ou não ao seu antecedente. Essas relações são estabelecidas sobretudo entre sintagmas nominais dentro de suas relações de dependência referencial. Segundo Raposo (1992),

[p]or dependência referencial entende-se a situação linguística em que o valor referencial de um DP é adquirido indiretamente, através do valor referencial de outro DP presente no discurso (dizemos que este DP é o *antecedente* do primeiro).⁵

(RAPOSO, 1992, p. 138)

Ou seja, as expressões que estabelecem este tipo de dependência são chamadas *co-referentes*, pois apontam para a mesma entidade discursiva. As expressões nominais com potencial de referência podem ser divididas em três categorias: anáforas, pronomes e expressões referenciais.

1.2.1 Anáforas, Pronomes e Expressões-R

As anáforas são expressões que não possuem um potencial de referência autônomo, ou seja, precisam ligar-se a outro sintagma nominal (antecedente) para completar sua referência. Para a anáfora, o antecedente cumpre um papel de extrema importância, já que ela não tem, em si mesma, autonomia referencial na sentença, sendo possível sua realização somente com a presença do antecedente.

(39) **João** *se*_{i/*j} viu no espelho.

Em (39), percebemos que o pronome reflexivo *se* está ligado ao seu antecedente, o DP *João*. Sem o antecedente, a sentença se tornaria agramatical, já que as anáforas são agramaticais sem que seu antecedente esteja presente.

⁵ Abner (1987) propõe que os sintagmas nominais são dominados por uma projeção funcional chamada *Determiner Phrase* (DP) da mesma forma que um sintagma verbal é dominado por uma projeção funcional, havendo, portanto, um paralelismo funcional entre essas duas categorias lexicais, N e V.

Os pronomes podem ou não estar ligados a um antecedente dentro do seu domínio de ligação, pois possuem potencial de referência autônomo, em oposição as anáforas que devem ser ligadas dentro do seu domínio de ligação.

(40) **Ele** viajou ontem.

(41) ***Se** viajou ontem.

Em (40), o pronome *ele* funciona como elemento independente de antecedente sem que haja qualquer questão sobre 'boa formação' da sentença. Já em (41) o pronome reflexivo não pode atuar de forma autônoma, tornando a sentença agramatical. Os pronomes também podem estar ligados assim como as anáforas:

(42) **[O Rafael]**_i disse que **[ele]**_i estava doente.

Esta relação de ligação entre os elementos linguísticos implica na concordância de alguns traços entre sintagmas nominais, anáforas e pronomes. Assim, de acordo com Raposo (1992),

[a] existência de traços gramaticais nos DPs, nos pronomes e nas anáforas implica que a relação entre uma anáfora e um pronome e o seu antecedente tem de concordar relativamente a estes traços. Assim, por exemplo, um pronome [+sg] não pode tomar um antecedente [-sg], ou uma anáfora [+masc] não pode tomar um antecedente [-masc], ainda que todas as restantes condições sobre a co-referência se verifiquem [...].

(RAPOSO, 1992, p. 241)

O exemplo em (43) evidencia a impossibilidade de leitura de itens co-referenciais⁶ que não compartilham seus traços gramaticais (pessoa, número e gênero):

(43) ***[A mulher]**_i acha que você **[as]**_i acordou.

⁶ Por correferência entendemos que são itens lexicais que se referem a mesma entidade do universo discursivo (cf. RAPOSO, 1992).

A outra categoria nominal é a das expressões-R (expressões referenciais). As expressões-R são constituídas por DPs⁷ complementados por NPs que possuem núcleo lexical, por exemplo, *o caderno*, *a rua*, *o seu irmão*, etc. Tais expressões possuem potencial de referência autônomo:

(44) **Maria** vai à escola todos os dias.

Em (44), Maria não faz referência a nenhum outro DP no domínio da sentença. Tornando-se, portanto, livre referencialmente, isso é, carrega seu próprio potencial referencial.

Podemos então descrever os princípios para cada categoria nominal dentro da proposta da Teoria da Ligação, a partir de Chomsky (1981) da seguinte forma:

1.2.2 Teoria da Ligação

- (A) Uma anáfora é ligada na sua categoria de regência;
- (B) Um pronome é livre na sua categoria de regência;
- (C) Uma expressão-R é livre.

Outras noções importantes para tratar da ligação dos elementos na sentença (como por exemplo relações de c-comando e suas implicações na estrutura sintática) serão abordadas em seções posteriores quando forem discutidas outras questões e dados mais detalhados relacionados diretamente com o propósito deste trabalho, que é descrever o comportamento dos pronomes possessivos não-canônicos de terceira pessoa e seu processo de ligação na estrutura sintática.

Partindo dos pressupostos teóricos da Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981, 1995), investigaremos o comportamento morfossintático das formas “seu(s)/sua(s)” e “dele(s)/dela(s)” assim como descrever seu comportamento dentro dos contextos em que os pronomes não-canônicos se ligam a sintagmas nominais dentro da sentença, bem como a distribuição desses pronomes dentro da sentença levando em conta seu processo de ligação.

⁷ Assumiremos daqui por diante que sintagmas nominais são constituídos por um núcleo nominal e seus possíveis determinantes. Constituindo assim um sintagma determinante (DP).

1.3 ESTRATÉGIAS DE POSSE NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

As línguas apresentam diferentes estruturas para a realização do sistema de posse. Uma das estratégias mais empregadas é uso dos pronomes possessivos que são prototipicamente as unidades linguísticas que expressam relação de posse, sendo a elas atribuídas uma função genitiva. Entendemos como genitivo a função pronominal que estabelece relação de posse entre sintagmas. Os possessivos expressam mais do que a relação de posse entre as pessoas do discurso. Dapena (1982) propõe classificações em que os possessivos expressam diversos conteúdos relacionais: posse, benefício, interesse, participação, procedência, matéria, situação, parcela etc. (cf. MONTEIRO, 1994, p. 118).

(45) **Sua** casa é ventilada.

(46) As roupas **deles** estão em cima da cama.

Além dos pronomes possessivos, podemos observar outras estruturas que funcionam da mesma forma estabelecendo relações de posse, como por exemplo a utilização da preposição *de* + DP livre (*expressão-R*), como no exemplo (47) abaixo:

(47) O livro de Paulo.

Em (47), além de verificarmos a relação de posse em que temos a leitura de que o livro pertence a Paulo, podemos observar também uma relação de autoria, em que Paulo é o autor do livro.

Alguns verbos transitivos também estabelecem a mesma função de posse como *ter*, *pertencer*, *possuir*, etc. Tais verbos conectam o possuidor a coisa possuída dentro do domínio verbal, possibilitando uma leitura possessiva, como nos exemplos abaixo:

(48) Paulo **tem** um livro.

(49) Maria **possui** várias casas.

Em (48) e (49), o verbo **ter** e o verbo **possuir** estabelecem uma relação de posse entre o sujeito e o seu complemento, constituindo assim, uma relação semântica entre esses argumentos e o próprio verbo. Orações relativas, também, expressam relações de posse quando restringem a leitura do DP, especificando um possuidor para o núcleo do DP, como observado no exemplo (50):

(50) O celular **[que é de]** Maria quebrou.

(51) O celular **[que pertence a]** Maria quebrou.

Em (50) e (51), as orações relativas têm o valor de um pronome possessivo, estabelecendo uma relação de posse entre o objeto possuído (celular), e o possuidor (Maria). Podendo ser substituída por um pronome possessivo propriamente. Maria quebrou seu celular.

Como já mencionado anteriormente, línguas como o inglês, a marcação de posse pode se dar através da seguinte estrutura: DP + “’s” seguido da coisa possuída, como em (52):

(52) **John’s computer** is new.
 John’GEN computador é novo.
 O computador de John é novo.

Essa forma sintética de possessivo possui uma contraparte analítica, constituída pela preposição *of* e um DP pleno como pode ser visto em (53).

(53) The computer **of** John is new.
 O computador PREP John é novo.
 O computador de John é novo.

As sentenças em (52) e (53) formam um paralelo semelhante ao que acontece em português em que há uma forma pronominal possessiva canônica e a não canônica – preposicionada.

Uma outra estratégia que podemos observar é o uso do pronome pessoal oblíquo átono com valor possessivo, como observado por Infante e Neto (1998) e exemplificado abaixo em (54):

- (54) Vou seguir-lhe os passos. (INFANTE; NETO, 1998, p. 288)
 (= Vou seguir seus/ os seus passos)

Como o objetivo desta dissertação é discutir as relações de posse entre pronomes possessivos não-canônicos, não nos ateremos em listar todas as possibilidades de realização de posse na língua, mas apenas mencionar que existem outras possibilidades além da utilização do sistema de posse pronominal [canônico ou não-canônico].

1.4 ESTUTURA DO TRABALHO

Este trabalho está dividido da seguinte forma: na seção 2 discutiremos a natureza dos pronomes, mais especificamente os possessivos de terceira pessoa, as relações dêiticas; também apresentaremos na seção 2 alguns estudos já realizados sobre os possessivos de terceira pessoa que tratam de questões sintática e semânticas dos possessivos. Na seção 3, faremos a descrição dos dados divididos em três momentos: o comportamento morfossintático (posições pré e pós-nominais e fonte de concordância), a natureza do antecedente (pronomes indefinidos, quantificadores e pronomes interrogativos) e o comportamento semântico (posse inalienável, animacidade, genericidade e determinação, e relações de posse e autoria).

2 ESTUDOS SOBRE A NATUREZA DOS PRONOMES DE TERCEIRA PESSOA

Nesta seção, apresentaremos alguns estudos já realizados a respeito da natureza e distribuição dos pronomes de terceira pessoa no PB, mais especificamente os possessivos de terceira pessoa canônicos (*seu(s)/sua(s)*) e não-canônicos (*dele(s)/dela(s)*). Trataremos de algumas definições dadas pelas gramáticas tradicionais no que diz respeito à definição da classe de pronomes contrastando com o que a literatura linguística diz sobre essa classe. Faremos uma breve descrição da natureza dêitica dos pronomes e suas relações com seus referentes. Por fim, discutiremos os trabalhos de Cerqueira (1996) e Müller (1997) para citar trabalhos já realizados a respeito dos pronomes possessivos, focando nas relações que tais pronomes estabelecem com seus antecedentes, a posição em que ocorrem e o conteúdo semântico dos referentes.

2.1 PRONOMES

Um dos textos mais antigos que trata das características dos pronomes é o *Tékhné grammatiké* (A arte da gramática), de Dionísio Trácio (século I a.C.). Nesse tratado de teoria gramatical, Trácio descreve alguns atributos dos pronomes como pessoa, gênero, número, caso, espécie e forma. Outras definições e caracterizações dos pronomes podem ser achados ao longo do estudo dessa classe de palavras, não sendo encontrado na literatura clássica um consenso a respeito da conceituação e natureza desses itens. O comportamento dos pronomes torna sua análise complexa, pois se aproxima do grupo dos nominais lexicais plenos – por selecionarem os mesmos objetos para fins interpretativos – mas ao mesmo tempo não têm conteúdo descritível comparável, tornando os pronomes uma classe que atua entre categorias lexicais (como nomes) e funcionais (como complementizadores) (cf. CARVALHO; BRITO, 2018). Wiese e Simon (2002) afirmam que:

[n]ominais são como pronomes pois eles identificam objetos, mas ao contrário do pronomes eles o fazer baseados em seu conteúdo descritivo. Complementizadores são como pronomes pois eles carecem de um conteúdo

descritivo, mas ao contrário dos pronomes eles não selecionam objetos no discurso.⁸

(WIESE; SIMON, 2002, p. 2)

Podemos observar esses dois comportamentos dos pronomes nos exemplos abaixo: em (1) temos como lexical e (2) complementizador:

(1) **Ela** foi ao cinema.

(2) A pessoa que você acha **que** corre mais rápido.

Em (1), o pronome *Ela*, durante o ato comunicativo, pode apontar para um indivíduo como, por exemplo, *Minha amiga* sem que haja a necessidade de que esse predicado seja exposto na sentença, isso pode ser feito através de leitura ostensiva⁹. O pronome se aproxima dos nominais, pois identifica um referente no contexto discursivo ou não da mesma maneira que expressões nominais. Por outro lado, em (2), podemos observar que o pronome *que* liga *você acha a corre mais rápido*. Nesse sentido, podemos dizer que o pronome relativo *que* não possui conteúdo descritivo próprio, diferentemente do que ocorre no exemplo em (1), no qual o pronome pode também ser substituído por um sintagma nominal sem que a sentença se torne agramatical, o que mostra seu potencial descritivo.

O estudo dos pronomes vem sendo feito há muito tempo e nem por isso teve sua importância diminuída. Ao contrário, as investigações a respeito da natureza dos pronomes ainda levantam muitas questões a serem respondidas que nos permitirá, pouco a pouco, desvendar a natureza e o comportamento desses itens lexicais nas línguas humanas.

Carvalho e Brito (2018, p. 7) dizem que “tradicionalmente pronomes são definidos como palavras que “substituem nomes”, mas a maioria dos linguistas

⁸ Tradução nossa. Do inglês: [n]ominals are like pronouns in that they identify objects, but unlike pronouns they do so based on their descriptive content. Complementisers are like pronouns in that they lack a descriptive content, but unlike pronouns they do not pick out objects in discourse. (WIESE; SIMON, 2002, p. 2)

⁹ O conceito de ostensão será tratado na próxima subseção.

considera essa definição insatisfatória”. Essa definição é rejeitada pela maioria dos linguistas devido à imprecisão que tal definição apresenta sobre o comportamento dos pronomes diante do que, de fato, é produtivo na língua – por exemplo, pronomes demonstrativos podem corresponder a advérbios (cf. ex. (3)), a adjetivos (cf. ex. (4)) ou mesmo verbos (cf. ex. (5)), enquanto os pessoais não correspondem a nenhum nome propriamente (cf. ex. (6)).

(3) The homework is not *that* hard.

O dever.de.casa é NEG DEM difícil

O dever de casa não é tão difícil

(4) *Aquela* caneta é azul

(5) Roubar é pecado e *isso* vai te levar ao inferno!

(6) Eu gosto de Beyoncé.

Em (3), o pronome demonstrativo *that* funciona como modificador do adjetivo *hard*, operando como advérbio. Em (4), *aquilo* tem função de adjetivo pois ocorre anteposto ao nome, como pré-modificador. Já em (5), o pronome *isso* retoma um verbo, *roubar*. Em (6), o pronome pessoal não corresponde a nenhuma expressão linguística no discurso ou fora dele, mas referencia a primeira pessoa, ou seja, quem fala.

Assim, essa visão tradicional do conceito de pronome não engloba a totalidade da natureza das suas diferentes realizações e distribuição na língua, limitando o escopo de sua atuação a questões superficiais a respeito do uso, tal como ditado pela tradição gramatical no que diz respeito ao uso correto de acordo com a função que eles têm na sentença – *Eu* (sujeito/nominativo), *me* (objeto/acusativo), *meu/minha* (possessivo/genitivo).

Monteiro (1994) discorre sobre essa caracterização tradicional que diz que a definição de pronome como palavra que substitui outro nome deve ser desprezada e

que precisamos aprofundar as reflexões sobre a verdadeira natureza, significação e função dos pronomes. O autor afirma que

[a] própria designação e o conceito que a ela subjaz não correspondem à realidade. Em primeiro lugar, nem todos os pronomes funcionam como substitutos. Em segundo, os que exercem essa função nem sempre substituem nomes. E, por fim, há expressões substitutivas que não se classificam necessariamente como pronomes.

(MONTEIRO, 1994, p. 29)

Observemos o exemplo (7):

(7) Rafael: Quando **me** dizem que **minhas** contas estão erradas, **eu** acredito.

Percebemos em (7) diferentes realizações do pronome de primeira pessoa, e apesar da definição tradicional dizer que pronomes substituem nomes, vemos que de fato isso não pode ser feito em (7). Se substituimos as instâncias dos pronomes de primeira pessoa por um nome próprio, por exemplo, a sentença resultante se torna agramatical, como em (8), sendo impossível *Rafael* ser interpretado como tendo referência de primeira pessoa, ou mesmo de terceira pessoa:

(8) Rafael: *Quando **Rafael** dizem que **Rafael** contas estão erradas, **Rafael** acredito.

Em (8), ao substituir as formas *me*, *minhas* e *eu* pelo sintagma nominal Rafael, um nome próprio, constata-se que o enunciador não pode simplesmente referenciar-se a si mesmo pelo próprio nome ao invés dos pronomes, sem que a sentença se torne agramatical. Um fato interessante a respeito de expressões-R¹⁰ é que também podem ser utilizadas para denotarem a primeira e segunda pessoas. Nesse caso

¹⁰ Ver seção 1.

temos o que é chamado de *impostores*.¹¹ Collins e Postal (2012) definem o termo *impostores* como formas ou expressões que denotam a primeira e segunda pessoa, mesmo que a concordância se dê na terceira pessoa. Se tomarmos o sintagma nominal *Rafael* como um *impostor*, teremos o que segue no exemplo (9):

(9) Quando **Rafael** diz que faz, **ele** faz mesmo. (O falante se referindo a si mesmo)

Em (9), mesmo que a princípio a leitura possa ser feita como alguém falando de outra pessoa (Rafael), temos outra possibilidade de leitura se levarmos em conta o fato de que o falante está se referindo a si mesmo se utilizando de um nome próprio e pronome de terceira pessoa.

Outra questão de substituição pode ser observada em (10):

(10) Quem precisar declarar ausência, deverá fazê-la de imediato.

Em (10), o pronome átono *a* não retoma nenhum nome ou outra entidade extra discursiva, mas a própria ação de *declarar ausência* em si. Isso evidencia outro problema para a definição tradicional, já que o pronome está retomando uma estrutura verbal e não um nome.

Cintra e Cunha (2017, p. 289) afirmam que “os PRONOMES desempenham na oração as funções equivalentes às exercidas pelos nominais” e categorizam os pronomes em seis tipos: pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos, interrogativos e indefinidos. O quadro abaixo ilustra o paradigma pronominal pessoal e possessivo do PB, tradicionalmente apresentado nos livros de gramática:

¹¹ Para uma discussão mais aprofundada sobre os *impostores* em diversas línguas, ver Collins e Postal (2012) e Carvalho e Brito (2018).

QUADRO 3 – PARADIGMA PRONOMINAL PESSOAL E POSSESSIVO NO PB

Número	Pessoa	PESSOAIS		POSSESSIVOS
		Retos	Oblíquos	
Singular	1 ^a	Eu	Me, mim comigo	Meu(s), minha(s)
	2 ^a	Tu	Te, ti, contigo	Teu(s), tua(s)
	3 ^a	Ele/ela	Se, si, consigo, o a, lhe	Seu(s), sua(s)
Plural	1 ^a	Nós	Nos, conosco	Nosso(s), nossa(s)
	2 ^a	Vós	Vos, convosco	Vosso(s), vossa(s)
	3 ^a	Eles/elas	Se, si, consigo, os, as, lhes	Seu(s), sua(s)

Fonte: elaborado pelo autor.

Ao olharmos o quadro 3 e compararmos com nossa própria experiência linguística, podemos notar formas que já não são amplamente utilizadas – como *vós*, por exemplo - (exceto algumas regiões do Brasil)¹², e outras que não são mencionadas, como *a gente* e *você(s)*. Essas outras ocorrências pronominais geralmente são deixadas de fora dos quadros pronominais tradicionais por serem consideradas *coloquiais* ou *informais*, recebendo pouco ou nenhum tratamento ou menções, sequer em notas de rodapé. O quadro 4 abaixo apresenta as formas pessoais retas e possessivas, segundo a gramática tradicional, incluindo outras instanciações dos pronomes:

¹² Algumas regiões do Brasil ainda mantêm o uso do pronome de segunda pessoa *tu* – como por exemplo o eixo Sul/Sudeste e Norte/Nordeste. Scardua e Yacovenco (2017) afirmam que o quadro pronominal pessoal do PB passou por mudanças com a substituição de *vós* por *vocês*, *tu* por *você* e a inserção *a gente* para primeira pessoa do plural. A forma *tu*, por exemplo, tem grande ocorrência no estado do Rio Grande do Sul e parte do Amazonas (frequência acima de 60%), porém com baixa frequência de concordância (abaixo de 1%).

QUADRO 4 – PRONOMES PESSOAIS RETOS E POSSESSIVOS

Número	Pessoa	PESSOAIS	POSSESSIVOS
		Retos	
Singular	1 ^a	Eu	Meu(s), minha(s)
	2 ^a	Tu/Você	Seu(s), sua(s)
	3 ^a	Ele/Ela	Seu(s), sua(s), dele, dela
Plural	1 ^a	Nós/A gente	Nosso(s), nossa(s)
	2 ^a	Vocês	Seu(s), sua(s), de vocês
	3 ^a	Eles/Elas	Seu(s), sua(s), deles, delas

Fonte: elaborado pelo autor.

Podemos observar que, mesmo produtivos na língua, pronomes como *você*, *a gente*, *dele* e suas flexões, e *de vocês* são preteridos em relação às suas contrapartes canônicas. Segundo Duarte (1996), a redução do paradigma pronominal do PB e a consequente simplificação no paradigma flexional trouxe formas pronominais novas substituindo, em grande parte do território nacional, formas de segunda pessoa direta (tu e vós) pela segunda pessoa indireta que utiliza formas verbais de terceira pessoa; também o pronome *nós* pela expressão *a gente*, que também utiliza a forma verbal da terceira pessoa (cf. DUARTE, 1996). A inserção da forma preposicionada do pronome possessivo *dele* traz uma nova configuração ao paradigma pronominal do PB, já que os pronomes possessivos de terceira pessoa (*seu(s)/sua(s)*) passaram a ser produtivos com a segunda pessoa, levantando uma questão de ambiguidade que, por vezes, é dirimida através da utilização de *dele(s)/dela(s)*.

Não discutiremos aqui todos os tipos de pronomes listados nessa subseção, mas nos ateremos a classe dos possessivos, mais especificamente os de terceira pessoa, que são o foco deste trabalho.

2.1.1 Pessoa e número

Da mesma forma que a definição do conceito de pronome traz algumas divergências quanto à sua natureza, também o conceito de *personalidade* nos

pronomes é controverso, pois, na maioria das vezes, estende-se a entidades não participantes do discurso, a “não-pessoa” (cf. BENVENISTE, 1966). As gramáticas tradicionais geralmente dão nenhum ou muito pouco tratamento à categoria *pessoa*, limitando-se a dizer que existem três pessoas, definindo-as como: a quem fala (primeira pessoa), a quem se fala (segunda pessoa), de quem ou de que se fala (terceira pessoa) (cf. CINTRA; CUNHA, 2017; INFANTE; NETO, 1998).

Monteiro (1994) afirma que basta um raciocínio simples a respeito do assunto para chegarmos à conclusão de que só existem duas pessoas no ato de comunicação, ou seja: quem fala e quem ouve. A terceira pessoa possui funções e natureza distintas das outras duas e pode estar relacionada tanto a seres vivos (humanos ou não) quanto à seres inanimados, abstrações, etc. Ainda segundo o autor, a terceira pessoa “rompe a simetria do sistema e se refere a objetos situados fora da enunciação (relação mediante a qual *eu* e *tu* se especificam)” (MONTEIRO, 1994, p. 33). Baseado em alguns autores tais como Lyons (1968) e Benveniste (1974), Monteiro (1994) apresenta algumas características dos pronomes de primeira e segunda pessoa em contraste com os de terceira. Elencamos abaixo algumas dessas características de acordo com o autor:

- a) Necessariamente o falante e o ouvinte estão presentes no ato comunicativo; outras pessoas e coisas podem não estarem presentes ou serem impossíveis de serem identificadas;
- b) Podemos classificar os pronomes de primeira e segunda pessoa como definidos, porém os de terceira pessoa, indefinidos;
- c) Eu e tu (você) referem-se a seres humanos, enquanto que a terceira pessoa também pode referenciar coisas, animais, etc.;
- d) Eu e tu (você) são caracterizados pela unicidade, ou seja, caracterizam-se no ato de fala no qual possuem existência linguística, já *e/le* abrange outras possibilidades de sujeitos ou mesmo nenhum;
- e) Eu e tu (você) são inversíveis, ou seja, seus valores são definidos um em relação ao outro, o que não acontece com a terceira pessoa.

O quadro abaixo ilustra uma combinação dos pronomes pessoas em relação à *pessoa*:

**QUADRO 5 – COMBINATÓRIA DOS PRONOMES PESSOAIS EM FUNÇÃO DA
CATEGORIA DE PESSOA**

-	eu	você	ele/ela
eu	-	nós	nós
você	nós	vocês	vocês
ele/ela	nós	vocês	eles/eles eles/elas

Fonte: Monteiro (1994, p. 36).

Além de personalidade, os pronomes apresentam outra característica: número. Assim como a categoria *pessoa*, número apresenta alguns pontos divergentes quando comparamos primeira e segunda pessoa com a terceira. Mais uma vez as gramáticas se limitam a distinguir número entre singular e plural, caracterizando o pronome *nós*, por exemplo, como plural de *eu*, o que gera imprecisões em suas descrições.

Quando utilizamos o pronome *nós*, não o entendemos como várias instâncias de *eu* (eu mais eu mais eu, etc.), mas como referenciando *eu* e englobando outras entidades, ou seja, plural. Monteiro (1994, p.38) afirma que: “a categoria de plural não se aplica simetricamente de modo igual à primeira e à terceira pessoa: *nós* não significa vários falantes no mesmo sentido que *eles* equivale a mais de um ser considerado fora do eixo interlocutório”. A noção de plural, assim como acontece com nomes, só ocorre no pronome de terceira pessoa (*ele/ela* > *eles/elas*).

Com base nas informações acima, construímos uma tabela comparando os pronomes pessoais aos possessivos incluindo a informação de gênero. Para os possessivos incluímos duas instâncias da terceira pessoa: a primeira descreve os canônicos e a segunda os não-canônicos:

**QUADRO 6 – RELAÇÃO DE POSSESSIVOS E PESSOAIS QUANTO À
PESSOA, NÚMERO E GÊNERO**

PESSOAIS	Pessoa	Número	Gênero
	1	+sg	-
	2	+sg	-
	3	+sg / -sg	-fem / + fem
POSSESSIVOS	1	+sg	-
	2	+sg	-
	3 _{canônico}	+sg / -sg	-
	3 _{não-canônico}	+sg / -sg	-fem / + fem

Fonte: elabora pelo autor.

Através do Quadro 6 acima, podemos visualizar as relações dos pronomes no que diz respeito a pessoa e número, e, no caso de gênero, as relações que os pronomes têm com seus antecedentes. Por exemplo, os pronomes pessoais de primeira e segunda pessoa não podem recuperar, por si próprios, o gênero do referente, já que não possuem morfologia associada a gênero. Já os de terceira pessoa concordam com seu referente em gênero, sendo esta informação recuperada mais facilmente por apresentar morfologia para essa categoria.

Com os possessivos, a situação é semelhante exceto para os não-canônicos. Os pronomes possessivos canônicos de terceira pessoa não recuperam informações do seu referente, ou seja, a concordância de número e gênero se dá com sintagma nominal do qual faz parte. Já sua contraparte não canônica concorda com o seu referente, expresso ou não anteriormente durante o processo comunicativo, facilitando a recuperação de número e gênero do seu antecedente expresso ou não. Observemos os exemplos abaixo:

(11) **[Bárbara]**_i comprou **[suas]**_i roupas ontem.

(12) **[Miguel]**_i comprou **[suas]**_i roupas ontem

Em (11), apesar de ser de terceira pessoa, o pronome *suas* não concorda com seu referente em número e gênero, mas com o sintagma *roupas*. Nesse caso, não podemos recuperar algumas informações do referente. Se alterarmos o gênero do referente de (11), como em (12), a sentença continua bem formada, já que a concordância de número e gênero não são feitas com o antecedente. Com os não-canônicos o comportamento é diferente. A concordância de gênero e número é feita com seu referente, restringindo o pronome ao seu antecedente, como visto em (13) e (14), abaixo:

(13) **[Miguel]_i** comprou as roupas **[dele]_i** ontem.

(14) ***[Bárbara]_i** comprou as roupas **[dele]_i** ontem.

Em (13), o pronome *dele* está ligado ao sintagma nominal *Miguel*, concordando em gênero e número, sendo possível a recuperação das duas informações. Já em (14), o pronome não pode estar ligado ao sintagma *Bárbara* pois, apesar de compartilharem informação de pessoa e número, gênero não é, fazendo com que a sentença se torne agramatical. Observemos os exemplos abaixo nos quais os antecedentes não são expressos:

(15) **[Cleuza]_i** disse que as coisas **[deles]_i** estão ali.

(16) **[Ítalo]_i** levou **[suas]_{j/k}** coisas para a sala.

Em (15), o pronome *deles* aponta para um referente extra-discursivo e recupera suas informações gramaticais básicas: identificamos que o referente é de terceira pessoa, plural, masculino. Já em (16), através de *suas*, podemos recuperar dois tipos de informações: (i) o pronome aponta para a segunda pessoa, mas sem retomar número e gênero do seu referente; (ii) o pronome aponta para a terceira pessoa, também, não sendo possível a recuperação das informações de gênero e número.

Essa característica de concordância com o antecedente (possuidor) ou com o sintagma nominal com o qual se relaciona (possuído) é importante para as questões

que serão levantadas na subseção seguinte, na qual discutiremos a vinculação dos possessivos e suas restrições em relação a seus antecedentes e posições que ocorrem nas sentenças.

2.2 A NATUREZA DÊITICA DOS PRONOMES

Anteriormente, discutimos algumas características dos pronomes e levantaremos agora uma reflexão sobre a natureza dêitica dos pronomes, característica essencial para a discussão que segue. Tradicionalmente, *dêixis* é considerada a partir da *origo* (origem), a perspectiva do falante, a fim de determinar coordenadas de pessoa, tempo e espaço, como nos usos dos pronomes demonstrativos "este/aquele", pessoais "eu/tu", advérbios "aqui/aí/lá" (cf. Lyons, 1977). Segundo Monteiro (1994), a *dêixis* é um mecanismo essencial ao funcionamento da língua e revela um aspecto ligado à economia da linguagem, em que podemos empregar as mesmas palavras em situações diferentes tornando a comunicação muito mais prática. O autor segue ainda dizendo que a *dêixis* pode ser vista sob vários ângulos dependendo de com o que está relacionada, se com a referência, ostensão ou no processo de enunciação.

O conceito de ostensão está relacionado a função indicativa que os vocábulos têm, ou seja, pode ser indicado por um gesto – apontando para algo ou alguém – ou uma referência externa. Isso se aplicaria em duas situações: a) *in praesentia*, na qual se mostra ou indica o que se deseja citar; b) *in absentia*, na qual a relação é feita a partir de algo que esteve na situação ou que foi mencionado anteriormente (cf. MONTEIRO, 1994, p. 48). O autor afirma ainda que, nesse sentido, busca-se uma compreensão da linguagem a partir de um paralelo com a linguagem gestual: “[e]m última análise, trata-se de uma teoria que deixa de lado o problema do significado nocional: se um elemento dêitico é como um dedo que aponta, seu valor reside no campo das sensações e não no das ideias” (MONTEIRO, 1994, p. 48).

O conceito de enunciação em Monteiro (1994) considera os dêiticos como elementos que têm como função relacionar o enunciado à enunciação. Tais elementos não possuem ou descrevem por si só uma relação entre o enunciado e a enunciação, mas propiciam ao falante (quem enuncia) localizar o ato comunicativo a partir do seu

lugar no tempo e espaço (o *aqui-e-agora*), ou seja, determinado pelo falante no momento do enunciado. O pronome de segunda pessoa *tu* pode ser entendido então na medida em que se relaciona com *eu* em uma relação de *correlação de subjetividade*. (MONTEIRO, 1994, p.49)

Para a discussão proposta nessa subseção, entendemos referência como Monteiro (1994): “uma relação de um vocábulo com o que por ele é designado”. O autor ressalta que tal definição não é pacífica, mas atende aos critérios para a reflexão da dêixis que se propõe. Essa referência se altera dentro de cada contexto discursivo e não tem um ponto fixo, ou seja, se define através da perspectiva adotada pelos participantes do discurso. Palavras como *aqui* e *aí*, por exemplo, não carregam em si uma significação própria, mas apontam para coordenadas no espaço, a fim de defini-las.

- (17) A: Deixe as sacolas **aí**.
B: **Aqui** não tem espaço suficiente.

Em (17), percebemos que tanto A quanto B se referem ao mesmo espaço físico se utilizando de dois vocábulos diferentes – a relação entre as palavras foi definida a partir do momento discursivo e perspectiva dos participantes. Outras palavras que possuem comportamento similar são *ontem*, *hoje*, *amanhã*, *aquilo*, *isto*, etc. O mesmo acontece com pronomes pessoais. *Eu* e *você* são definidos a partir das pessoas do discurso e se alternam a cada retomada por cada participante, sendo quem fala, geralmente, o centro do processo comunicativo, como em (18):

- (18) A: **Eu** disse para **você** fazer isso.
B: **Eu** não quero, faz **você**.

Tanto A quanto B utilizam os pronomes *eu* e *você*, porém cada um deles *aponta* para referentes diferentes a cada alternância de turno no processo discursivo. Quando A diz *eu*, refere-se a si mesmo e quando diz *você*, refere-se a B – o mesmo acontece com B em ordem inversa. O exemplo em (18) nos mostra esse comportamento dos

pronomes de primeira e segunda pessoa que são considerados dêiticos por excelência, ou seja, são como indicadores dos participantes do discurso e se alternam de acordo com os turnos do ato comunicativo.

Para os pronomes de terceira pessoa, entretanto, o valor dêitico não é tão acentuado como nos de primeira e segunda pessoas. Os pronomes de terceira pessoa referenciam não os participantes do discurso em si, mas aos nomes que são conectados a eles:

(19) **Eu** disse a **você** que **ele** vem.

Em (19), os participantes do ato discursivo são identificados através dos pronomes *eu* e *você*, já para o pronome de terceira pessoa *ele* o referente não é possível de ser recuperado sentencialmente e só a situação discursiva pode determiná-lo. Monteiro (1994) afirma o seguinte fato sobre os pronomes de terceira pessoa:

Quanto aos pronomes de terceira pessoa, observa-se que o valor dêitico é bem menos acentuado. Desde que se reportam em tese, não aos referentes em si mesmos mas aos nomes que a estes se associam, é possível trata-los como dêiticos *in absentia*.

(MONTEIRO, 1994, p. 50)

Como se reportam aos nomes que se associam e não aos referentes propriamente ditos, os pronomes de terceira pessoa têm seu valor dêitico menos acentuado pois dependem sempre de um referencial exposto anteriormente ou conhecido pelos participantes do ato comunicativo. Ou seja, a relação se estabelece fora do contexto discursivo, ou quando o referente é expresso. Já os de primeira e segunda pessoa se encontram dentro do ato comunicativo.

Os pronomes possessivos apresentam características semelhantes aos pessoais no que diz respeito à sua natureza dêitica, como ilustrado nos exemplos de (20) a (22) abaixo:

(20) **[Marcos]**_i usou **[minha]**_i roupa.

(21) **[Marcos]_i** usou **[sua]_{ij/k}** roupa.

(22) **[Marcos]_i** usou a roupa **[dele]_{ij}**.

Os exemplos acima mostram as possibilidades de referenciação que os pronomes possessivos podem ter no contexto discursivo. Em (20), a única leitura que temos é que o pronome possessivo aponta diretamente para quem fala, ou seja, a primeira pessoa. Já em (21), com *seu* como possessivo de terceira pessoa, temos duas leituras: (i) referencia algo ou alguém fora do contexto discursivo ou (ii) está ligado ao antecedente em relação anafórica. A única leitura em que podemos perceber o caráter dêitico mais acentuado seria interpretar *seu* eu (21) como referente da segunda pessoa. Já em (22), o valor dêitico é menos presente, pois o possessivo *dele* precisa necessariamente ter uma referência expressa – como no caso do *seu* em (22) quando o lemos como possessivo de terceira pessoa – mesmo que este não esteja expresso no ato comunicativo.

As relações de natureza dêitica são importantes para entendermos o comportamento dos pronomes quanto aos seres, objetos, etc. que referenciam. Exploraremos essa característica na próxima seção em que discutiremos a fonte da concordância nominal dos possessivos de terceira pessoa.

2.3 OS POSSESSIVOS DE TERCEIRA PESSOA

O comportamento dos pronomes levanta questionamentos nos quais linguistas se debruçam na tentativa de compreender e analisar a sua natureza. Muitos estudos buscam essa reflexão e aqui falaremos de alguns que tratam do fenômeno dos pronomes possessivos de terceira pessoa em sua forma canônica e não canônica. Primeiro traremos para a discussão algumas gramáticas (BECHARA, 2009; INFANTE e NETO, 1998; CINTRA e CUNHA, 2017; NEVES (2000)), apresentando o conceito de pronome possessivo e a construção *de + pronome pessoal*. A seguir discutiremos dois trabalhos sobre pronomes possessivos de terceira pessoa: Cerqueira (1996) discute as posições em que o possessivo pode ocorrer no sintagma nominal (posição

pré e pós-nominal), suas leituras e restrições; e Müller (1997) aborda os possessivos em uma perspectiva sintática e semântica, transcorrendo sobre a motivação semântica das relações anafóricas e suas motivações sintáticas.

2.3.1 Gramáticas Tradicionais

Como dito anteriormente, as gramáticas tradicionais definem os pronomes possessivos como sendo itens que referenciam posse em relação as pessoas do discurso (BECHARA, 2009; INFANTE; NETO, 1998). Cintra e Cunha (2017) afirmam que os possessivos e demonstrativos estão estreitamente relacionados com os pessoais. Ainda segundo Cintra e Cunha (2017), os pronomes pessoais denotam as pessoas gramaticais, enquanto os possessivos denotam algo que lhes cabe ou pertence, e os demonstrativos denotam o que deles se aproxima ou se distancia no espaço e no tempo.

Nas três gramáticas apresentadas acima (BECHARA, 2009; INFANTE; NETO, 1998; CINTRA; CUNHA, 2016), o quadro dos possessivos se constrói a partir dos elementos canônicos, ou seja, não incluem as formas preposicionadas de terceira pessoa. Bechara (2009) e Infante e Neto (1998) não mencionam as formas preposicionadas em suas discussões. Cintra e Cunha (2017) se limitam a discutir as formas *dele(s)* / *dela(s)* em contraste com *seu(s)* / *sua(s)* para tratar do emprego ambíguo do possessivo de terceira pessoa:

Para evitar qualquer ambiguidade, o português nos oferece o recurso de precisar a pessoa do possuidor com a substituição de *seu(s)*, *sua(s)*, pelas formas *dele(s)*, *dela(s)*, *de você(s)*, *do(s)* senhor(es), *da(s)* senhora(s) e outras expressões de tratamento.

(CINTRA; CUNHA, 2017, p. 335)

Neves (2000), em sua gramática de usos, descreve o comportamento das construções possessivas como sendo uma relação bipessoal, ou seja, relaciona sempre duas pessoas: o possuidor (1ª, 2ª ou 3ª pessoas) e o possuído (3ª pessoa). Como nos exemplos abaixo:

(23) **Meu** livro

(24) **Teu** livro

(25) **Seu** livro

Em (23), a relação se dá entre a primeira pessoa *Meu* com a terceira *livro*. Em (24), entre a segunda pessoa *Teu* e a terceira *livro* e em (25), entre terceira pessoa *seu* e *livro*, também de terceira pessoa. O quadro abaixo ilustra esse fato:

**QUADRO 7 – PESSOAS NA CONSTRUÇÃO DE POSSE SEGUNDO NEVES
(2000)**

POSSESSIVO	SUBSTANTIVO
1 ^a / 2 ^a / 3 ^a pessoa	3 ^a pessoa

Fonte: Neves (2000, p. 471).

A autora diz ainda que as construções possessivas podem ser realizadas não apenas pelo elemento possessivo formal, mas por expressões preposicionadas como *de* + substantivo, *de* + pronome pessoal (só de 3^a pessoa) ou *de* + pronome de tratamento (incluindo a forma *você*), como nos exemplos de (26) a (28), respectivamente abaixo:

(26) A incapacidade **de Pedro** ao realizar a tarefa.

(27) As coisas **dele** estão no pátio.

(28) Os documentos **do senhor** precisam ser preenchidos.

Neves (2000) inclui as ocorrências das formas *dele(s)/dela(s)* como construção possessiva do PB por apresentar um caráter descritivo da língua, o que não é o caso das gramáticas normativas que se atêm à tradição gramatical, preterindo as formas preposicionadas. Nas subseções seguintes, discutiremos alguns trabalhos acerca dos possessivos de terceira pessoa sob o prisma da teoria linguística.

2.3.2 Cerqueira (1996)

Cerqueira (1996) analisa os possessivos do ponto de vista sintático, observando suas ordenações na sentença. A autora analisou as formas possessivas do PB em posição pré e pós-nominal, apontando as seguintes configurações sintáticas: (a) os possessivos do paradigma pronominal padrão¹³ podem ocorrer em ambas posições; (b) *de vocês*, *dele(s)* ocorrem sempre em posição pós-nominal. Segundo a autora, a posição em que o possessivo ocorre na sentença traz implicações semânticas e argumenta que a distribuição desses pronomes não ocorre simplesmente por uma questão estilística, mas motivada por relações semânticas.

Na posição pré-nominal, a autora define que a relação de posse ocorre entre dois conjuntos, sendo um o possuidor e o outro o possuído. A leitura nessa posição é entendida como a totalidade dos conjuntos em relação de posse. Assim, a autora afirma que: “a característica básica desse uso é que o conjunto de objetos pressuposto pelo possuidor e o conjunto denotado pelo sintagma inteiro parecem ser equivalentes, no sentido de que a interpretação envolve a totalidade de ambos os lados” (CERQUEIRA, 1996, p. 5).

(29) **Meus** amigos vieram.

(30) **Sua** ideia é ótima.

(31) **Nossa** família é grande.

¹³ Ver Quadro 1, seção 1, subseção 1.1.

Nos exemplos (29), (30) e (31), os possessivos ocorrem em posição pré-nominal onde os conjuntos referidos por *amigos*, *ideia*, *família* é entendido em sua totalidade; em (29), por exemplo, temos a informação de um grupo que é constituído pelos *amigos* que *pertencem* ao falante.

Na posição pós-nominal, a autora defende que “o conjunto denotado pelo possessivo é maior do que o conjunto denotado pelo sintagma nominal inteiro” (CERQUEIRA, 1996, p. 5), ou seja, expressa a noção de que apenas alguns elementos daquele conjunto são selecionados, sendo enfatizado pelo falante através dessa posição, como em (32) e (33):

(32) Um amigo **meu**.

(33) Alguns amigos **meus**.

Quando contrastamos as posições pré e pós-nominais, fica mais evidente a relação partitiva relativa ao uso pós-nominal:

(34) **Meus** poucos amigos vieram.

(35) Poucos amigos **meus** vieram.

Em (34), temos a leitura de um conjunto em sua totalidade composto por *poucos amigos*. Em (35), a leitura é outra: dentro do conjunto de amigos apenas alguns são selecionados, ou seja, somente uma parte do grupo é apreendida.

Cerqueira chama atenção ainda para o fato de que ao tomarmos um item que é por natureza considerado um grupo unitário e utilizarmos um possessivo pós-nominal, a sentença torna-se agramatical, como em (36):

(36) Uma mãe **minha** (viajou)

(CERQUEIRA, 1996, p.6)

Excetuando-se as situações em que seja possível alguém ter duas mães, o exemplo (30) mostra uma incoerência semântica em relação ao conjunto possuído. O conjunto “mãe” para um indivíduo tem apenas um elemento e sendo a relação de ‘parte de’ um subconjunto do conjunto possuído, a relação não se estabelece da mesma forma com que grupos que contém mais de um elemento.

Podemos observar o mesmo comportamento com os pronomes possessivos de terceira pessoa canônicos. Em posição pré-nominal a relação de posse se realiza entre dois conjuntos: o do possuidor e o do possuído. Já na posição pós-nominal fica evidente a relação partitiva do possessivo em relação aos elementos do conjunto representado por um dado sintagma nominal. Os exemplos (37), (38) e (39) ilustram esse fato:

(37) **Seus** clientes cancelaram a visita.

(38) Clientes **seus** cancelaram a visita.

(39) Uns clientes **seus** cancelaram a vista.

Em (37) temos o possessivo em posição pré-nominal onde o possessivo engloba todo o conjunto de clientes referenciado pelo sintagma nominal. Já em (38), em posição pós-nominal, o possessivo estabelece uma relação partitiva na qual os elementos selecionados (clientes) não englobam a totalidade dos elementos do conjunto de clientes. Se adicionarmos *uns* ao sintagma nominal *clientes* em (38) fica mais fácil perceber o caráter partitivo do uso do possessivo em posição pós-nominal, como em (39).

O pronome possessivo não-canônico não ocorre em posição pré-nominal, ou seja, a não ser que esteja em posição de foco, não é possível que anteceda o nome, como nos exemplos (40) e (41) abaixo:

(40) ***Dele** carro é novo.

(41) **Dele** é a glória.

A sentença em (40) é agramatical, pois, como dito anteriormente, o possessivo não-canônico não pode ocorrer em posição pré-nominal, a não ser que ocorra como em (41) que pode ser lido como foco, invertendo a ordem da sentença que seria como em (42):

(42) A glória é **dele**.

Outro ponto explorado pela autora é o fato dos possessivos não podem ser modificados por sintagmas preposicionados (PPs) ou adjetivos, como mostram os exemplos em (43) e (44):

(43) a. O irmão do vizinho chato.

b. *O irmão [**dele** chato].

c. *O irmão [**seu** chato].

(44) a. O irmão do vizinho do primeiro andar.

b. *O irmão [**dele** do primeiro andar].

c. *O irmão [**seu** do primeiro andar].

Em (43b), percebemos que ao contrário do sintagma *vizinho* em (43a), o pronome possessivo não pode ser modificado por um adjetivo; o mesmo acontece em (44b) em relação ao PP. Situação similar ocorre com os pronomes possessivos canônicos, como ilustrado em (43c) e (44c). Com numerais como modificadores, o comportamento dos possessivos canônicos se dá da mesma forma, mostrando mais uma restrição na ocorrência dos possessivos, como em (45):

- (45) a. A avaliação dos dois usuários.
 b. A avaliação **deles** dois.
 c. *A avaliação **sua** dois.

Em (45c), o uso de um numeral como modificador do possessivo canônico torna a sentença agramatical, já em (45b), o não-canônico não apresenta tal restrição, funcionando bem com o numeral.

As contribuições de Cerqueira (1998) colaboram para a compreensão dos possessivos, tanto a posição em que podem ocorrer na sentença, quanto a sua estrutura interna, levando em conta os tipos de modificadores que admitem. Essas informações serão retomadas na Seção 3 ao discutirmos as posições em que os possessivos canônicos e não-canônicos ocupam na sentença e suas restrições.

2.3.3 Müller (1997)

Müller (1997) faz um paralelo entre sintaxe e semântica na tentativa de responder questões relativas ao conteúdo semântico das relações anafóricas e as motivações sintáticas que estabelecem os diferentes tipos de relações anafóricas nos pronomes possessivos. A autora explora ainda a relação entre o possessivo e os argumentos genitivos de um sintagma nominal, bem como funções semânticas do pronome possessivo conforme sua posição no sintagma nominal.

O foco segue sendo os pronomes possessivos de terceira pessoa, mais especificamente a alternância entre *seu* e *dele* evidenciando a relação entre o tipo semântico do sintagma nominal antecedente. A autora aponta três tipos semânticos para os sintagmas nominais antecedentes:

- a) sintagmas nominais específicos: nomes próprios e sintagmas nominais com referência específica;
- b) sintagmas nominais não-específicos: sintagmas nominais definidos e indefinidos que não possuem uma referência específica, mas sim hipotética;

- c) sintagmas nominais genéricos: sintagmas nominais que têm por referência uma classe e não um ou mais indivíduos ou entidades específicas.

(MÜLLER, 1997, p. 57)

Os exemplos abaixo em (46), (47) e (48) ilustram cada um dos antecedentes de acordo com o exposto acima:

(46) **[Zuckerberg]**_i quer apenas ganhar o dinheiro **[dele]**_i.

(47) **[Uma pessoa]**_i que paga **[suas]**_i contas em dia dorme em paz.

(48) **[Leões]**_i demarcam **[seus]**_i territórios.

Podemos classificar os antecedentes em (46), (47) e (48) como sendo, respectivamente, correspondente as definições dos tipos semânticos em a), b) e c). Em (46), o sintagma nominal *Zuckerberg* é um nome próprio com referência específica; em (47), *uma pessoa* é um sintagma nominal indefinido e não apresenta uma referência específica, porém hipotética; e em (48) o sintagma nominal *leões* refere-se a uma classe, não a um grupo específico.

Müller traz uma tabela que mostra a relação entre a forma possessiva e o tipo semântico do sintagma nominal antecedente, observemos a tabela abaixo:

QUADRO 8 – TIPO SEMÂNTICO DO SINTAGMA NOMINAL ANTECEDENTE E A FORMA POSSESSIVA CORRESPONDENTE A SUA RETOMADA

	ANTECEDENTE		
	ESPECÍFICO	NÃO-ESPECÍFICO	GENÉRICO
dele/a/(s)	76%	54%	6%
seu/a/(s)	24%	46%	94%

Fonte: Almeida (1993) retirado de Müller (1997, p. 59)¹⁴.

¹⁴ O corpus utilizado por Almeida (1993) foi composto de doze inquéritos do Projeto de Estudo da Norma Linguística Urbana Culta do Brasil (Projeto NURC) – todos realizados no estado de São Paulo.

Através dos dados do Quadro 3, a autora aponta indícios de que os tipos semânticos do antecedente em correspondência com a forma possessiva utilizada evidenciam uma possível especialização das formas segundo o eixo semântico da referencialidade. Müller aponta dois extremos no que se chamaria *níveis de referencialidade* onde temos os sintagmas nominais específicos retomados pela forma *dele* (76% das ocorrências), enquanto que os sintagmas nominais genéricos são retomados por *seu* (94% das ocorrências). Para os sintagmas nominais não-específicos, a interpretação se torna mais difícil, já que as duas formas possuem ocorrências que se aproximam (54% para *dele* e 46% para *seu*).

Para ilustrar o comportamento dos sintagmas nominais antecedentes e sua relação de seleção de um tipo de possessivo, a autora examinou a relação anafórica entre as formas possessivas e antecedentes quantificados. Ela argumenta que os sintagmas nominais quantificados são, em sua maioria, não-específicos, “pois não selecionam entidades determinadas, únicas e localizáveis no universo discursivo.” Observemos os exemplos (49) a (51) abaixo:

(49) Todo mundo resolvendo **seus** problemas.

(50) Cada um faz do **seu** jeito.

(51) Dez por cento dos funcionários justificaram **suas** faltas.

A retomada dos antecedentes quantificados pela forma possessiva canônica, segundo dados da autora, é em 100% das ocorrências. Os sintagmas específicos, por sua vez, estabelecem uma relação de co-referência com o possessivo, dessa forma, trazendo um indício para entender a preferência da retomada de tais sintagmas por *dele* (76% das ocorrências), já que essa forma de terceira pessoa é uma forma referencial por excelência. Já no caso dos sintagmas genéricos, a autora argumenta que os mesmos não são referenciais no sentido de que não apontam para nenhum indivíduo determinado, motivo pelo o qual, os sintagmas genéricos não poderiam ser retomados pela forma *dele*.

A autora afirma que essa classificação dos tipos semânticos dos antecedentes não é um ponto comum entre semanticistas e que alguns tipos de sintagmas, como por exemplo os genéricos e os quantificados, apresentam características semelhantes e implicam em diferentes instanciações dos tipos mencionados.

O estudo levantado pela autora sobre os tipos semânticos dos antecedentes serve como base para entendermos os processos de ligação que se dá entre os possessivos e os elementos que se envolvem na construção da estrutura de posse (possuidor e possuído). A quantificação, por exemplo, por ser considerada uma expressão não-específica não pode ser ligada ao não-canônico. Vamos argumentar na seção seguinte a respeito desse fato, e podemos dizer preliminarmente que o quantificador particulariza o conjunto denotado e não recupera informações semânticas na situação, fazendo com o uso dos não-canônicos torne a sentença agramatical, já que a expressão quantificada [-específico] não compartilha os mesmos traços que a forma não canônica que apresenta traço [+específico].

2.4 SUMÁRIO

Os estudos apontados nessa seção nos permitem visualizar a complexidade que os pronomes possessivos têm em sua caracterização e distribuição na língua. Desde a posição que ocupam na sentença aos tipos semânticos que antecedem as formas possessivas, várias evidências mencionadas anteriormente, nos possibilita dar continuidade à descrição do comportamento desses itens linguísticos tomando como base trabalhos já realizados nesse direcionamento. A partir das considerações feitas nessa seção e outras que serão ainda apresentadas, descreveremos o comportamento morfossintático dos possessivos de terceira pessoa canônicos e não-canônicos na próxima seção.

3 A DISTRIBUIÇÃO DOS PRONOMES POSSESSIVOS DE TERCEIRO PESSOA EM PB

O objetivo desta seção é apresentar uma descrição dos pronomes possessivos de terceira pessoa no que tange seu comportamento morfossintático e semântico. Para isso, a seção está dividida da seguinte forma: em 3.1, apresentamos o comportamento morfossintático dos pronomes possessivos canônicos e não-canônicos de terceira pessoa no PB, apontando suas possíveis posições sintáticas e restrições de distribuição e concordância. Em 3.2, discutiremos as relações que os possessivos estabelecem com seus antecedentes. Para isto, descreveremos o processo de ligação dos possessivos à pronomes indefinidos, quantificadores e pronomes interrogativos. Por fim, em 3.3, abordaremos o comportamento semântico do possessivo, tratando de questões como posse inalienável, animacidade, genericidade e determinação, e o papel semântico (posse ou autoria).

3.1 COMPORTAMENTO MORFOSSINTÁTICO

Nesta subseção, descreveremos o comportamento morfossintático dos pronomes de terceira pessoa canônicos e não-canônicos. Na primeira parte, discutiremos as posições em que os possessivos podem ocorrer na sentença, bem como as restrições que eles têm em relação ao tipo de determinante que é realizado no sintagma nominal. Observaremos o comportamento dos pronomes em posição pré e pós-nominal. Discutiremos, em seguida, a fonte de concordância, seja com o possuidor ou possuído e as implicações e restrições que causam na sentença com construção possessiva pronominal.

3.1.1 Posição pré e pós-nominal dos pronomes possessivos de terceira pessoa

Como dito anteriormente, a distribuição dos possessivos canônicos e não-canônicos não se dá de maneira equivalente. Ambos ocupam posições distintas na sentença e a alternância entre os possessivos pode tornar a sentença agramatical em alguns casos. Na seção anterior, exploramos as posições pré e pós-nominal levando

em conta o estudo feito por Cerqueira (1996). Usaremos o que foi exposto por Cerqueira como ponto de partida para a descrição que faremos nesta subseção. Iniciaremos com alguns exemplos que ilustram ambas posições de ocorrência dos possessivos de terceira pessoa:

(1) O olho **dela** é castanho.

(2) **Seu** olho é castanho.

(3) *O **dela** olho é castanho.

(4) O olho **seu** é castanho.

Em (1) o não-canônico aparece em posição pós-nominal sendo o núcleo do sintagma preposicionado (PP). Já em (2), o pronome canônico ocorre em posição pré-nominal. Ao utilizarmos o não-canônico em posição pré-nominal (3), a sentença torna-se agramatical o que revela uma limitação quanto à posição em que tal pronome pode ocorrer na construção sintática. Em (4), o possessivo canônico se encontra em posição pós-nominal sem comprometer a gramaticalidade da sentença. Retomando Cerqueira (1996), os possessivos canônicos podem ocorrer tanto em posição pré-nominal quanto pós-nominal, o não-canônico, por sua vez, ocorre somente em posição pós-nominal¹⁵.

Outro ponto a ser considerado na descrição dos possessivos de terceira pessoa é o uso de determinantes que em alguns casos podem tornar a construção agramatical, por sua omissão ou realização. Observemos os exemplos abaixo com possessivos de terceira pessoa canônicos em posição pré-nominal na presença ou não de determinantes:

(5) **Seu** apartamento foi vendido.

¹⁵ Exceto em situações de foco. Ver seção 2.

(6) O **seu** apartamento foi vendido.

(7) *Um **seu** apartamento foi vendido.

Em (5), a não realização do determinante não compromete a estrutura da sentença. Em (6), a realização do determinante também não torna a sentença agramatical, e em (5) e (6) a leitura é, a princípio, a mesma: o apartamento de alguém fora do ato comunicativo foi vendido. Em (7), a presença do pronome indefinido *um* torna a sentença agramatical, ou seja, pronomes indefinidos como determinantes de sintagmas nominais que contém o possessivo canônico de terceira pessoa em posição pré-nominal evidencia uma restrição em seu uso.

Em posição pós-nominal na presença de determinantes, os possessivos canônicos se distribuem como a seguir:

(8) ??O carro **seu** está estacionado.

(9) Um carro **seu** está estacionado.

(10) * Carro **seu** está estacionado.

Em (8), a presença de um determinante definido antecedendo o pronome possessivo canônico em posição pós-nominal causa bastante estranhamento, sendo considerado agramatical por alguns falantes do PB. Já em (9), a ocorrência do determinante indefinido é possível e acarreta leitura partitiva, ou seja: não estamos falando de todos os carros, mas restringindo a leitura a um item do conjunto representado pelos carros possuídos. Entendemos em (9) que, apesar do sintagma nominal *carro* estar no singular, podemos concluir que esse sintagma aponta para um conjunto composto por mais de um item. Em (10), a não realização do determinante também torna a sentença agramatical.

Quando temos a elipse do nome, o comportamento parece divergir na presença do determinante indefinido, como ilustrado em (11), (12) e (13).

(11) O **seu** está estacionado na rua.

(12) *Um **seu** está estacionado na rua.

(13) ***Seu** está estacionado na rua.

Em (11), a elipse não compromete a sentença, mas em (12) se torna agramatical e não temos a leitura partitiva que seria possível caso o nome estivesse entreposto ao determinante e ao pronome. Em (13), a não realização do determinante, assim como em (10), torna a sentença agramatical. Podemos observar comportamento contrário ao que acontece com o pronome em posição pré-nominal sem a realização do determinante, como em (5) acima.

Se o sintagma nominal que foi omitido já tiver sido expresso anteriormente, a construção do determinante indefinido e o possessivo é bem formada, nos outros casos o comportamento é o mesmo. Os exemplos abaixo ilustram:

(14) Nosso carro está com Pedro, o **seu** está estacionado na rua.

(15) Nosso carro está com Pedro, um **seu** está estacionado na rua.

(16) *Nosso carro está com Pedro, **seu** está estacionado na rua.

Os exemplos (14) e (16) se comportam analogamente aos exemplos em (11) e (13). Em (15), por outro lado, o antecedente expresso parece completar o sentido da sentença, tornando a sentença gramatical.

A partir dessas constatações, é possível traçar algumas generalizações a respeito dos possessivos não-canônicos em posição pré e pós-nominal, na presença ou não de determinantes como descrito em (17) e (18):

(17) *Em posição pré-nominal*, os pronomes possessivos canônicos podem ocorrer desde que não sejam precedidos por um determinante indefinido e a realização ou não do determinante definido não altera o estatuto gramatical das sentenças;

(18) *Em posição pós-nominal*, os pronomes possessivos canônicos podem ocorrer desde que o sintagma nominal seja precedido de um determinante indefinido, implicando em uma leitura partitiva.

Voltemos nossa atenção aos pronomes possessivos não-canônicos de terceira pessoa. Assim como fizemos com os possessivos canônicos de terceira pessoa, vamos observar o comportamento dos não-canônicos nas duas posições, pré e pós-nominal. Como já dito, os possessivos não-canônicos de terceira pessoa não podem ocorrer em posição pré-nominal, como em (19), (20) e (21):

(19) *O **dela** livro está na mesa.

(20) ***Dela** livro está na mesa.

(21) *Algum **dela** livro está na mesa.

Em (19), (20) e (21), o uso do possessivo não-canônico em posição pré-nominal torna a sentença agramatical. A realização ou não do determinante, seja ele definido ou indefinido, não altera o caráter de agramaticalidade da sentença. Isso revela uma assimetria na distribuição dos possessivos canônicos e não-canônicos na sentença.

Em posição pós-nominal, o possessivo não-canônico de terceira pessoa funciona bem, sendo gramatical na maioria dos casos. Os exemplos (22), (23) e (24) ilustram esse fato:

(22) O amigo **dela** mora longe.

(23) Outro amigo **dela** mora longe.

(24) * Amigo dela **mora** longe.

Dos exemplos acima, podemos observar que a ausência de um determinante torna a sentença agramatical (cf. (24)). Já nos exemplos (22) e (23), as sentenças são gramaticais com a realização de algum determinante, seja definido (cf. (22)), seja indefinido (cf. (23)). Em (22), temos a presença do determinante definido, especificando sintagma nominal *amigo* em uma leitura unitária. Já em (23), a presença de *outro* traz uma leitura partitiva, como mencionado anteriormente, onde o sintagma nominal *amigo* aponta para um grupo e particulariza um item desse conjunto.

A partir do exposto a respeito da posição em que os pronomes possessivos não-canônicos ocupa, generalizamos os seguintes fatos em (25) e (26):

(25) *Em posição pré-nominal*, os pronomes possessivos não-canônicos não podem ocorrer sem que a sentença seja considerada agramatical;

(26) *Em posição pós-nominal*, os pronomes possessivos não-canônicos podem ocorrer desde que o sintagma nominal que os anteceda tenha, também, um determinante realizado.

A partir dos dados e discussão expostos acima, desenvolvemos uma tabela pontuando as características dos pronomes possessivos canônicos e não-canônicos quanto à posição e realização de determinantes, observemos o quadro 7 abaixo:

**QUADRO 9 – POSIÇÃO DOS PRONOMES POSSESSIVOS E A
REALIZAÇÃO DE DETERMINANTES NO SINTAGMA NOMINAL**

		DETERMINANTES		
		<i>Definido</i>	<i>Indefinido</i>	<i>Não realizado</i>
Pré-nominal	<i>Canônico</i>	+	-	+
	<i>Não-canônico</i>	-	-	-
Pós-nominal	<i>Canônico</i>	-	+	-
	<i>Não-canônico</i>	+	+	-

Fonte: elaborado pelo autor.

Visualizando o Quadro 9, podemos expandir as generalizações feitas em (17)-(18) e (25)-(26), comparando o comportamento dos possessivos canônicos e não-canônicos quanto a sua posição e uso do determinante no sintagma nominal:

- I. *Com determinantes indefinidos*: tanto canônicos, quanto não-canônicos não podem ocorrer em posição pré-nominal, já em posição pós-nominal, ambos podem ocorrer sem que a sentença se torne agramatical;
- II. *Com determinantes definidos*: canônicos ocorrem somente em posição pré-nominal, porém os não-canônicos em posição pós-nominal;
- III. *Com determinantes não realizados*: somente canônicos ocorrem e em posição pré-nominal.
- IV. Os possessivos canônicos e não-canônicos, na presença de um determinante definido, parecem se comportar de maneira inversa um em relação ao outro: em posição pré-nominal somente o canônico, enquanto que em posição pós-nominal somente o não-canônico;
- V. O comportamento dos possessivos canônicos e não-canônicos, na presença de um determinante indefinido, parece ser inversa: ambos são possíveis em posição pós-nominal, porém não em posição pré-nominal;
- VI. Possessivos não-canônicos só ocorrem na presença de determinantes;
- VII. Possessivos canônicos podem ocorrer sem determinantes realizados (pré-nominal);

- VIII. Possessivos canônicos parecem se comportar de forma oposta nas duas posições: quando pré-nominais ocorrem com determinantes definidos ou não realizados, quando pós-nominais ocorrem somente com determinantes indefinidos;
- IX. Possessivos canônicos e não-canônicos só ocorrem na mesma posição se for pós-nominal com determinante indefinido.

Como descrito nos itens I a IX, os possessivos canônicos e não-canônicos não podem ser usados de forma intercambiável, ou seja, a substituição de um pronome por outro na mesma posição sintática pode tornar a sentença agramatical ou alterar o conteúdo semântico do enunciado, exceto em posição pós-nominal com determinante indefinido, como visto nos exemplos (9) e (23) repetidos abaixo:

(9) Um carro **seu** está estacionado.

(23) Outro amigo **dela** mora longe.

Observamos também algumas restrições relacionadas a realização do determinante no sintagma que contém os possessivos e percebemos em alguns casos que os dois tipos de pronomes possessivos se comportam de maneira oposta: quanto ao uso de determinante definido, o canônico é produtivo em posição pré-nominal (6), mas não é em pós-nominal (8), já o não-canônico, ao contrário, é produtivo em posição pós-nominal (22), mas não em pré-nominal (19), repetidos abaixo, respectivamente:

(6) O **seu** apartamento foi vendido.

(8) ??O carro **seu** está estacionado.

(22) O amigo **dela** mora longe.

(19) *O **dela** livro está na mesa.

3.1.2 Fonte da concordância nominal (traços de gênero, número e pessoa)

A concordância estabelecida entre os pronomes possessivos e seus antecedentes também evidenciam alguns comportamentos dentro da estrutura sintática, porém não de maneira uniforme entre possessivos canônicos e não-canônicos. Como mencionado na seção 2, nem sempre é possível recuperar informações como gênero, número e pessoa dos possessivos em relação aos seus antecedentes. Tais traços de concordância¹⁶ não são facilmente percebidos quando se utiliza pronomes dêiticos. Monteiro (1994, p. 50) diz que “os pronomes da primeira e da segunda pessoa são, por excelência, vocábulos dêiticos”. Nesses casos, a informação do referente de primeira ou segunda pessoa – quem fala / a quem se fala, respectivamente – pode ser recuperada através do gênero do adjetivo, como nos exemplos abaixo:

(27) Eu estou cansado.

(28) Você é calma.

Em (27) e (28), observamos que os pronomes de primeira e segunda pessoa parecem não possuir traço de concordância de gênero que nos permita recuperar esta informação sem que haja um outro item que identifique o gênero do pronome. Em (27), o gênero é recuperado pelo adjetivo *cansado*, ao passo que em (28), por *calma*. Ao utilizarmos um adjetivo sem flexão de gênero, é impossível recuperar informação sobre o gênero do antecedente, como observado no exemplo em (29):

(29) Você é inteligente.

Segundo Monteiro (1994), nos pronomes de terceira pessoa o valor dêitico é bem menos acentuado. O autor afirma que:

¹⁶ Estamos considerando pessoa, número e gênero como traços de concordância.

[...] a dêixes não se dá em relação aos pronomes de terceira pessoa, se for tomada no sentido estrito de pura indicação. Mas é fato que a forma *e/e* costuma ser usada sem antecedente expresso, reportando-se a alguém que só a situação discursiva é capaz de determinar.

(MONTEIRO, 1994, p. 51)

Neste sentido, podemos verificar que os pronomes possessivos não-canônicos de terceira pessoa se comportam de maneira diferente em relação à sua contrapartida canônica. Para os primeiros, a fonte da concordância nominal se dá com o possuidor, já com os canônicos com o possuído:

(30) [**André**]_i lavou a roupa [**dele**]_{i/j}.

(31) André lavou **sua roupa**.

O pronome *dele* em (30) recupera informações de gênero do seu antecedente quando ambos estão ligados em uma relação anafórica. Ou seja, compartilham traços de gênero que permitem a concordância dos nominais – *André* [-fem] - *dele* [-fem]. Ainda em (30), se o referente for algo ou alguém fora do contexto discursivo, a concordância se dará da mesma forma, mas dessa vez apontando não para um antecedente expresso, mas para um antecedente extra discursivo. Já em (31) o pronome possessivo não-canônico estabelece a concordância não com o possuidor, mas com a coisa possuída: roupa [+fem] - sua [+fem]. Se alterarmos o gênero do possessivo não-canônico em (30), como em (32), a leitura passa a ser outra já que o possessivo apontaria para um referencial fora do contexto de produção.

(32) [**André**]_i lavou a roupa [**dela**]_j.

Nesse caso, o pronome não é ligado em uma relação anafórica, mas é uma forma livre que não depende de um referencial expresso anteriormente. Se aplicarmos

o mesmo princípio ao pronome canônico de terceira pessoa, alterando o gênero do possessivo, a sentença se torna agramatical, já que a concordância do pronome possessivo não-canônico se estabelece entre o pronome e a coisa possuída:

(33) *André lavou **seu** roupa.

Em (33), o canônico *seu* [-fem e + sg] não concorda com *roupa* [+fem e +sg], ao contrário do possessivo não-canônico, que tem em sua composição um pronome pleno de terceira pessoa, o possessivo canônico não apresenta autonomia para funcionar como um item livre, necessitando estar em concordância com os itens com que se relaciona.

Assim como o gênero, a concordância de número entre os possessivos também diverge em alguns contextos.

(34) [**Ele**]_i fez as atividades [**deles**]_j.

(35) [**Ele**]_i fez as [**suas**]_{ij} atividades.

Em (34), *deles* parece, a princípio, concordar em número e gênero com o item possuído já que apresentam traços semelhantes. Esta afirmação, porém, não corresponde ao que de fato ocorre dentro da estrutura. O pronome não está ligado em uma relação anafórica com *Ele*, nem em relação de concordância com o sintagma nominal *as atividades*. O pronome possessivo não-canônico, neste caso, aponta para o um referencial extra discursivo, sendo possível recuperar tanto o gênero quanto o número desse referencial não expresso. Já em (35), temos uma leitura ambígua. O possessivo *seu* pode estar em uma relação anafórica com seu antecedente *Ele* ou apontar para um referencia extra discursivo. Ao alterarmos o gênero e número do pronome no exemplo (34), como em (36) e (37), percebemos esse fenômeno com mais clareza, já que em (34) essa concordância se dá com um elemento fora do discurso:

(36) **[Ele]_i** fez as atividades **[delas]_j**.

(37) **[Ele]_i** fez as atividades **[dela]_j**.

Para os pronomes possessivos canônicos, a concordância de número também está relacionada ao item possuído assim como gênero, não sendo possível que alternância de gênero e número se estabeleça sem que haja comprometimento na estrutura sintática, como em (38) abaixo:

(38) *Ele fez **sua** atividades.

A concordância de pessoa pode ser evidenciada através da ambiguidade discutida na subseção anterior onde o paradigma pronominal do PB inclui *seu/sua* como formas tanto de segunda quanto de terceira pessoas. Ou seja, o referencial do pronome canônico pode ser tanto a quem se fala, quanto outra entidade fora do contexto de enunciação. Já os não-canônicos, ou estão ligados ao referencial expresso anteriormente – relação anafórica – ou apontam para um referencial extra discursivo – como pronomes livres, mas sempre com valor de terceira pessoa.

(39) **[Maria]_i** me contou **[seus]_{j/k}** problemas.

(40) **[Maria]_i** me contou os problemas **[dela]_{ij}**.

Em (39), *seus* pode estar relacionado aos *problemas* do indivíduo a quem se fala ou de algo ou alguém fora do contexto. Já em (40), *dela* pode estar ligado a Maria, ou a outra entidade fora do contexto de produção.

O quadro abaixo ilustra os traços de gênero, número e pessoa dos possessivos de terceira pessoa canônicos e não-canônicos, bem como sua concordância com o possuidor ou coisa possuída:

**QUADRO 10 – CONCORDÂNCIA DE GÊNERO NÚMERO E PESSOA;
POSSUIDOR E POSSUÍDO:**

	Gênero	Número	Pessoa	POSSUIDOR	POSSUÍDO
seu	- fem	+ sg	2 / 3	-	+
sua	+ fem	+ sg	2 / 3	-	+
seus	- fem	- sg	2 / 3	-	+
suas	+ fem	- sg	2 / 3	-	+
dele	- fem	+ sg	3	+	-
dela	+ fem	+ sg	3	+	-
deles	- fem	- sg	3	+	-
delas	+ fem	- sg	3	+	-

Fonte: elaborado pelo autor.

Nos dados expostos no Quadro 10 acima, podemos visualizar algumas características já citadas anteriormente nessa seção, como, por exemplo, a concordância com o possuidor e possuído. Pronomes possessivos canônicos concordam sempre com o item possuído, ao passo que os não-canônicos concordam com o possuidor. Nesse sentido podemos dizer que eles têm comportamentos opostos, já que um não pode concordar com a fonte de concordância do outro. Em relação a gênero e número, ambos se flexionam das duas formas, já com pessoa, vemos a ambiguidade que pode ser estabelecida com os canônicos que concordam tanto com a segunda, quanto com a terceira pessoa. Os não-canônicos concordam sempre com a terceira pessoa.

Com sentenças no imperativo, os pronomes possessivos canônicos podem ser ligados, os não-canônicos não podem, como pode ser observado nos exemplos (41) e (42). Isso também ocorre, pois, a pessoa do verbo (2^a do plural) tem 'seus' como

forma prototípica do genitivo, e ‘deles’ 3ª pessoa do plural. Os exemplos abaixo ilustram isso:

(41) **(Vocês)**_i Deixem [**seus**]_i livros na mesa.

(42) **(Vocês)**_i Deixem os livros [**deles**]_{*i/j} na mesa.

Em (41), o pronome *seus* é ligado ao antecedente *Vocês* pois ambos se referem a segunda pessoa, já em (42), *deles* não pode estar em relação anafórica com *Vocês* pois apontam para pessoas distintas: *deles*: terceira pessoa, plural; *Vocês*: segunda pessoa, plural. A identificação do antecedente nem sempre é possível com o pronome possessivo canônico, como observado no exemplo em (6), repetido abaixo em (43):

(43) O **seu** apartamento foi vendido.

Apesar de compartilharem traços semelhantes em relação a gênero, número e pessoa, a concordância com o possuído ou possuidor parece engatilhar restrições em relação a escolha do possessivo. Ao concordar com o possuidor, os pronomes possessivos não-canônicos parecem restringir a leitura possessiva, sendo possível recuperar informações do referente mesmo que esse não esteja expresso no ato comunicativo, já o canônico, ao concordar com item possuído, nem sempre traz a informação do referente (cf. (43)).

3.2 NATUREZA DO ANTECEDENTE

Nesta subseção observaremos o comportamento dos possessivos de terceira pessoa quando vinculados a um antecedente. Alguns antecedentes não podem ser retomados por possessivos por canônicos, outros por não-canônicos, como exploraremos a seguir. Primeiro discutiremos os pronomes indefinidos, depois os quantificadores e a seguir os interrogativos.

3.2.1 Pronomes indefinidos

Pronomes indefinidos são caracterizados tradicionalmente por referirem-se à terceira pessoa do discurso de forma genérica e vaga, muitas vezes imprecisas o que torna a vinculação dos pronomes possessivos não-canônico problemática. Os possessivos não-canônicos parecem não retomar pronomes indefinidos, tornando a sentença agramatical. Já os canônicos funcionam bem:

(43) **[Ninguém]_i** mostra **[suas]_i** derrotas nas mídias sociais.

(44) ***[Ninguém]_i** mostras as derrotas **[dele]_i** nas mídias sociais.

O exemplo em (43) mostra que o possessivo canônico se liga ao pronome indefinido *ninguém* em uma relação anafórica, ou seja, se vincula ao seu antecedente sem nenhum prejuízo para a construção sintática. Já no exemplo (44), o possessivo não-canônico não funciona da mesma forma, já que não pode ser ligado ao pronome indefinido sem que torne a sentença agramatical. O exemplo (45) pode ser considerado produtivo se o pronome *dele* não estiver em uma relação anafórica com *ninguém*, possibilitando uma leitura ostensiva como em (45a). A alternância do gênero do não-canônico torna a visualização mais fácil, como visto em (45b):

(45) a. **[Ninguém]_i** mostras as derrotas **[dele]_j** nas mídias sociais.

b. **[Ninguém]_i** mostras as derrotas **[dela]_j** nas mídias sociais.

Tal relação parece estar motivada pelos traços que os pronomes indefinidos apresentam que não são compartilhados com os pronomes possessivos não-canônicos. Como dito anteriormente, a forma preposicionada *dele* é composta pela preposição *de* e pelo pronome pleno - *ele* – essa forma pode apresentar um grau de definitude incompatível com o contexto mostrado nos exemplos acima, pois a terceira pessoa se aproxima mais dos demonstrativos do que dos pronomes de primeira e

segunda pessoa. (BHAT, 2004; CERQUEIRA, 2007, 2008). Uma discussão sobre tais traços será feita em outra subseção.

Apesar não poder ser ligado ao antecedente, o possessivo não-canônico pode ocorrer posposto ao pronome indefinido. Vejamos os exemplos abaixo em (46) e (47):

(46) **[Maria]_i** não quer nada **[deles]_j**.

(47) **[Jorge]_i** disse que é tudo **[dele]_{ij}**.

Em (46), o possessivo não-canônico ocorre posposto ao pronome indefinido e não está ligado ao antecedente *Maria*, configurando em uma leitura possível na qual *deles* aponta para uma entidade extra discursiva. Por outro lado, em (47), o possessivo é vinculado ao seu antecedente ou não. A mesma construção não é possível com os canônicos em todos os casos, e, quando possível, a leitura não é a mesma, como ilustrado nos exemplos (48) e (49):

(48) **[Maria]_i** não quer nada **[seu]_{jk}**.

(49) **Jorge]_i** disse que é tudo **[seu]^{*}_{ij}**.

Em (48), a primeira leitura que podemos fazer é de que o possessivo canônico *seu* se refere a segunda pessoa, ou seja, a quem se fala. Podemos entender também como uma referência externa, ou mencionada anteriormente durante o processo comunicativo. Já em (49), o possessivo não pode ser ligado, o que tornaria a sentença agramatical, porém, como em (48), outra leitura possível é a de que *seu* aponta para um referente extra discursivo ou a quem se fala. Quando os possessivos canônicos estão no plural, a sentença parece perder seu estatuto de gramaticalidade, o que não ocorre com os não-canônicos, como em (50) e (46) repetido abaixo:

(50) ***[Maria]**_i não quer nada **[seus]**_{j/k}.

(46) **[Maria]**_i não quer nada **[deles]**_j.

Essas descrições apresentadas acima a respeito dos pronomes indefinidos relevam algumas restrições em sua ocorrência na sentença e a retomada de seu antecedente. Pronomes indefinidos não podem ser retomados por possessivos não-canônicos – estes apontam sempre para uma entidade fora do contexto comunicativo -, mas podem ser retomados por canônicos. Isso pode se dá pelo exposto no início dessa subseção, o possessivo *dele* é formado pela forma livre *ele* que pode apresentar um grau de definitude incompatível com o do pronome indefinido. Podemos observar também que o possessivo posposto ao pronome indefinido na retomada de um antecedente expresso, como nos exemplos de (46) a (49), traz algumas restrições. Os possessivos não-canônicos podem ou não retomar o antecedente expresso - exemplos (46) e (47), já os canônicos não podem estar ligados ao antecedente e apontam ou para a segunda pessoa, ou para algo fora do discurso, exemplos (48) e (49).

3.2.2 Quantificador como antecedente

Quantificadores são palavras que expressam quantificação geral ou específica de acordo com o item utilizado. Palavras de diferentes classes gramaticais podem ocupar a função de quantificação em uma expressão linguística, como por exemplo, pronomes indefinidos e artigos indefinidos. Segundo Neves (2000), os quantificadores são definidos por uma base semântica que se baseia na condição não-fórica e na propriedade de não-descrição.¹⁷ Dessa forma, Neves afirma que

¹⁷ Por não-fórico, a autora define como itens que não têm como função a busca de recuperação semântica; Não-descriptivos são aqueles que não dão informações sobre a natureza dos objetos, atuando sobre conjuntos. Para mais informações, ver Neves (2000).

[o]s quantificadores se combinam com os nomes para indicar o tamanho de um conjunto de indivíduos ou de uma substância referida. A quantificação é, de certo modo, partitiva, já que todos os elementos que a operam quantificam uma porção (que pode ser o inteiro) de um modo ou de um total.

(NEVES 2000, p.511)

Quanto à retomada do antecedente, os possessivos canônicos estabelecem uma relação anafórica com a expressão quantificada, já os não-canônicos, não. Ilustrado abaixo nos exemplos de (51) a (54):

(51) **[Cada um]**_i com **[seus]**_i problemas.

(52) **[Todo professor]**_i acha **[seus]**_i alunos capazes.

(53) ***[Cada um]**_i com os problemas **[dele]**_i.

(54) ***[Todo professor]**_i acha que os alunos **[dele]**_i são inteligentes.

Em (51) e (52), os possessivos canônicos se vinculam ao antecedente sem nenhum comprometimento a gramaticalidade da sentença trazendo uma leitura genérica a sentença.

Tanto em (53) quanto em (54), as expressões quantificadas não podem ser ligadas ao pronome possessivo não-canônico sem que a sentença se torne agramatical. Como dito acima, quantificadores são palavras não-fóricas, ou seja, não buscam recuperação semântica na situação, sendo assim são usadas para particularizar elementos de um conjunto. Apesar dos sintagmas nos exemplos acima estarem particularizados pelos quantificadores isso não significa que são definidos. Essa indefinidade trazida pelos quantificadores parece restringir a vinculação dos possessivos não-canônicos a expressão quantificada, já que *dele* pode apresentar maior grau de definitude, como em (53) e (54).

Possessivos canônicos parecem copiar os traços do objeto possuído enquanto que os não-canônicos copiam os traços do possuidor. Esse fato mostra outro motivo para que os possessivos não-canônicos não se vinculem a expressões quantificadas, o que estabelece uma relação assimétrica entre os canônicos e não-canônicos.

Ao contrário dos não-canônicos, os canônicos possuem menor grau de definitude, o que, a princípio, nos leva a pensar que esse fator colabora para a ocorrência com quantificadores.

(55) **[Uma certa empresa]_i** que cuida dos **[seus]_i** funcionários.

(56) **[Uma certa empresa]_i** que cuida dos funcionários **[dela]_j**.

Em (55) e (56), podemos ver a relação assimétrica estabelecida pelos dois tipos de possessivos: o canônico é ligado numa relação anafórica, (55), e o não-canônico não é ligado, apontando para um elemento extra discursivo, (56). Parecem haver algumas restrições quanto a posição que os possessivos podem ocorrer no sintagma quantificado, vejamos os exemplos (57) a (62) abaixo:

(57) Cada roupa **dele**.

(58) *Cada **dele** roupa.

(59) ***Dele** cada roupa.

(60) Cada roupa **sua**.

(61) *Cada **sua** roupa.

(62) ***Sua** cada roupa.

Nos exemplos de (57) a (62), observamos que a única posição possível para realização dos possessivos – canônicos e não-canônicos – é a pós-nominal. Essa característica colabora com a discussão feita anteriormente sobre os possessivos nas posições pré e pós-nominais. Retomando o que foi dito, em posição pós-nominal, o possessivo apresenta leitura partitiva, o que corrobora com a função do quantificador que é de selecionar elementos de um conjunto de acordo com suas propriedades, trazendo também leitura partitiva.

3.2.3 Pronome interrogativo como antecedente

Pronomes interrogativos, assim como os indefinidos, referem-se geralmente a terceira pessoa e são utilizados na formulação de perguntas seja de forma direta e indireta. Cintra e Cunha (2017) falam dessa relação entre as duas classes de pronomes, afirmando que

[o]s PRONOMES INTERROGATIVOS estão estreitamente ligados aos pronomes indefinidos. Em uns e outros a significação é indeterminada, embora, no caso dos interrogativos, a resposta, em geral, venha a esclarecer o que foi perguntado.

(CINTRA, CUNHA, 2017, p. 367)

Com pronomes interrogativos plenos, o possessivo não-canônico não pode estar ligado (64), pois isso torna a sentença agramatical. A única leitura possível é a de que o pronome aponta para uma entidade fora do discurso. Já o canônico pode ser ligado, como em (63):

(63) **[Quem]_i** quisser pode falar de **[suas]_i** descobertas.

(64) **[Quem]_i** quisser pode falar das descobertas **[dele]_{i/j}**.

Se posposto ao interrogativo, somente o não-canônico pode ocorrer, como em (65) abaixo:

(65) **Quem deles** é seu irmão?

(66) ***Quem seus** é seu irmão?

Mais uma vez vemos o que já foi expresso nas subseções anteriores, *dele* por ser formado por um pronome pleno de terceira pessoa aponta para um referente extra discursivo – podemos entender como uma leitura ostensiva na qual o falante indica o grupo representado por *deles* através de um apontamento, ou o grupo se faz presente no espaço onde se realiza o ato comunicativo.

3.3 COMPORTAMENTO SEMÂNTICO

Relacionado ao comportamento semântico dos possessivos de terceira pessoa, discutiremos a construção de posse inalienável, a animacidade do antecedente e as restrições na realização dos possessivos, os conceitos de genericidade e determinação e o papel semântico desses pronomes.

3.3.1 Posse inalienável

A construção da posse inalienável é uma das estratégias no PB de estabelecer posse sem que haja necessidade de um elemento que conecte o possuidor ao possuído. Para Mendes (2015),

[d]e forma geral, essas construções são definidas como estruturas possessivas especiais em que o possuído e o possuidor estabelecem uma relação de posse que não pode ser transferida a outro possuidor qualquer. Usualmente, essas estruturas contam com nomes de partes do corpo, tais como *pernas* ou *nariz*, ou relacionais, como *pai* e *irmãos*, e implementam uma relação possessiva, independentemente da presença de um pronome que a expresse – tal como em *O Pedro lavou a mão (dele)* ou *O Pedro abraçou a mãe (dele)*.

(MENDES, 2015, p. 65)

O comportamento dos possessivos em estruturas de posse inalienável também apresenta alguns pontos de restrição em sua distribuição. Observemos os exemplos abaixo:

- (67) a. João quebrou o braço Ø.
 b. **[João]_i** quebrou o braço **[dele]_{i/j}**.
 c. **[João]_i** quebrou o **[seu]_{i/k}** braço.

Em (67a), a relação de posse se dá sem a presença de um possessivo e temos uma única leitura na qual o *braço* pertence a *João*. Em (67b), temos duas leituras possíveis: (i) João quebrou o próprio braço; (ii) João quebrou o braço de alguém, ou de algo (o braço do sofá). No segundo caso não temos um contexto de posse inalienável, já que o *braço* não pertenceria a João sendo necessária a realização do possessivo para estabelecer a relação de posse. Em (67c), assim como em (67b), o pronome se liga ao antecedente em relação anafórica estabelecendo o contexto para posse inalienável, porém apresenta também outra leitura na qual o possessivo aponta para a segunda pessoa – a quem se fala.

Com seres inanimados, a leitura parece ser mais estrita, tanto possessivos canônicos, quanto não-canônicos parecem apontar somente para o seu referente, como ilustrado nos exemplos em (68) abaixo:

- (68) a. O celular caiu com a tela Ø para baixo.
 b. **[O celular]_i** caiu com **[sua]_{i/*k}** tela para baixo.
 c. **[O celular]_i** caiu com a tela **[dele]_{i/*j}** para baixo.

Tanto em (68b) e (68c), a leitura parece ser restringida ao referente (*O celular*). Em (68b), o referente não pode ser a segunda pessoa e em (68c), não pode ser a terceira pessoa. Uma possível explicação seria o fato de que as pessoas do discurso (primeira e segunda) são necessariamente humanas, não tendo *tela* como um possível item de seu conjunto de inalienáveis, tornando o processo incompatível. No

caso do não-canônico, o possessivo poderia apontar para outra entidade fora do discurso desde que o elemento possuído fosse compartilhado pelo item referenciado, como em (69):

- (69) a. A queda do celular fez com que a tela \emptyset quebrasse.
 b. A queda d[**o celular**]_i fez com que a [**sua**]_{i/j} tela quebrasse.
 c. A queda d[**o celular**]_i fez com que a tela [**dele**]_{i/j} quebrasse.

Se considerarmos um contexto em que o celular caísse em cima da tela de um computador ou televisão, teríamos uma leitura possível na qual tanto possessivos canônicos, quanto não-canônicos apontam para um referente externo ao discurso, como em (69b) e (69c) – índice **j**. Comparando (68b) com (69b), vemos que no primeiro a referência externa parece impossível, já o segundo é possível. O mesmo acontece com (68c) com (69c).

3.3.2 Animacidade

A vinculação dos possessivos aos seus referentes, também, parece estar relacionada a alguns traços presentes no possuidor em relação à coisa possuída. Quando o possuidor apresenta o traço [+animado], verifica-se que a realização do possessivo canônico aponta para o próprio possuidor ou a quem se fala (segunda pessoa). Os exemplos de (70) a (73) abaixo ilustram esse fato:

- (70) [**O professor**]_i ajuda [**seus**]_i alunos. (O professor ajuda os próprios alunos)
 (71) [**O professor**]_i ajuda [**seus**]_j alunos. (A quem se fala)
 (72) [**O professor**]_i ajuda os alunos [**dele**]_i. (O professor ajuda os próprios alunos)
 (73) [**O professor**]_i ajuda os alunos [**dele**]_j. (De outro professor)

Em (70), temos o possessivo canônico apontando diretamente para o possuidor em uma relação anafórica, evidenciando o fato dos alunos ‘pertencerem’ àquele professor. Já em (71), temos o canônico apontando para a segunda pessoa do discurso (a quem se fala), sendo realizado como pronome livre, ou seja, não está vinculado ao antecedente expreso.

Ao se utilizar o possessivo não-canônico, a leitura se torna ambígua: (72) o pronome é ligado ao sintagma nominal numa relação anafórica; (73) o pronome aponta para um referencial extra discursivo, leitura ostensiva.

Quando o possuidor apresenta o traço [- animado], a princípio, percebe-se que o uso do canônico seria a única opção para que a leitura do pronome aponte ao sintagma possuidor. Quanto ao não-canônico, há duas opções: (75) o pronome está ligado ao antecedente, gerando uma leitura estrita assim como o pronome canônico; (76) o pronome não é ligado, apontando para uma entidade externa ao discurso.

(74) **[O Facebook]_i** monitora **[seus]_i** usuários. (os próprios usuários)

(75) ? **[O Facebook]_i** monitora os usuários **[dele]_i**. (os próprios usuários)

(76) **[O Facebook]_i** monitora os usuários **[dele]_j**. (os usuários de outro)

Alguns traços formais parecem, também, estar ligados diretamente à realização de pronomes de terceira pessoa como animacidade, definitude e especificidade (CARVALHO, CERQUEIRA, 2017), o que culmina em certas restrições sintáticas acerca da ocorrência de cada uma das formas possessivas.

Em (77), o possuidor [- animado, + definido, + específico, + singular, - feminino] não parece compartilhar traços com o pronome, já que este concorda em gênero com o objeto possuído [- animado, + definido, + específico, + singular, + feminino]. Neste caso a leitura é a de que o pronome se refira à segunda pessoa. Já o não-canônico em (78) se refere a terceira pessoa:

(77) **[O celular]_i** caiu junto com a **[sua]_j** capa.

(78) **[O celular]_i** caiu junto com a capa **[dele]_j**.

Quando alteramos o gênero do possessivo não-canônico, fica mais fácil verificar a referência de terceira pessoa, como em (79):

(79) **[O celular]_i** caiu junto com a capa **[dela]_j**.

Se adicionarmos um vocativo à sentença, temos a mesma leitura de (77). O pronome canônico 'sua' é ligado ao sintagma nominal Maria. Neste caso, o possessivo aponta para a segunda pessoa do discurso e não para a terceira, ilustrado em (80):

(80) **[Maria]_k**, **[o celular]_i** caiu junto com a **[sua]_k** capa.

O mesmo não acontece com os pronomes possessivos não-canônicos:

(81) ***[Maria]_k**, **[o celular]_i** caiu junto com a capa **[dela]_k**.

Como observado em (81), não é possível que o vocativo esteja ligado ao possessivo, já que o mesmo aponta para a segunda pessoa e o pronome não-canônico só faz referência a terceira pessoa.

3.3.3 Generacidade e determinação

A distribuição dos possessivos também parece estar relacionada a relações categóricas entre sintagmas genéricos e determinados. Não existe consenso na conceituação desses tipos de sintagmas, mas assumiremos aqui as definições

estabelecidas por Carvalho e Cerqueira (2017). Para os autores, um sintagma genérico possui o traço [-definido; -específico]; já o determinado [+definido; +específico]. Por específico, entendemos como Carvalho e Cerqueira (2017), que definem da seguinte forma:

a particularização de um objeto referenciado implica que esse objeto deva tanto estar incluso em um conjunto de referentes da mesma natureza, como também é necessário que ele seja individualização dentro desse universo. Ou seja, um objeto específico faz parte de um universo de outros objetos com as mesmas propriedades, mas no âmbito desses objetos comuns, apenas aquele objeto em particular pode ser tomado como referente pelos participantes.

(CARVALHO E CERQUEIRA, 2017, p.18)

Assumimos o conceito de definitude como de Hertenberg (2015):

[d]efinitude é a identificabilidade dos referentes discursivos. Identificabilidade tem a vantagem de explicar tanto usos familiares, únicos e inclusivos de expressões definidas, se o referente discursivo de um sintagma nominal é familiar, único ou inclusivo, também é identificável, bem como para instâncias que as outras três abordagens não são capazes de explicar.¹⁸

(HERTZENBERG, 2015, p.34)

A partir dessas definições, propomos o quadro abaixo:

QUADRO 11 – SINTAGMAS GENÉRICOS E DETERMINADOS A PARTIR DOS TRAÇOS DE DEFINITUDE E ESPECIFICIDADE

	DEFINIDO	ESPECÍFICO
GENÉRICO	-	-
DETERMINADO	+	+

Fonte: elaborado pelo autor.

¹⁸ Tradução nossa. Do inglês: Definiteness is the identifiability of discourse referents. Identifiability has the advantage of accounting for both familiar, unique and inclusive uses of definite expressions if the discourse referent of a noun phrase is familiar, unique or inclusive, it is also identifiable as well as for instances the other three approaches are not able to account for. (HERTZENBERG, 2015, p.34)

Para possuidores genéricos, a escolha do uso de pronomes canônicos parece ser a mais aceita, ilustrado em (82) e (83):

(82) **[Todos]**_i querem **[seu]**_i espaço no mercado.

(83) ***[Todos]**_i querem o espaço **[dele]**_i no mercado.

Em (82) o possessivo canônico retoma o antecedente genérico [-definido e -específico] *todos* em uma relação anafórica. Já em (83), o possessivo não-canônico não pode estar ligado ao antecedente, o que torna a sentença agramatical.

Já para possuidores determinados, o pronome não-canônico parece ser a escolha mais aceitável no PB, porém ambas as formas são aceitas, produzindo duas leituras possíveis. Nos exemplos de (84) a (87), o antecedente *João* é determinado, ou seja, apresenta os traços [+definido] e [+específico]. Em (84) e (86) os possessivos retomam o sintagma nominal *João*; em (85) o possessivo canônico se refere a segunda pessoa, e em (87), o possessivo não-canônico aponta para um referente fora do contexto discursivo:

(84) **[João]**_i quer **[seu]**_i espaço no mercado.

(85) **[João]**_i quer **[seu]**_k espaço no mercado.

(86) **[João]**_i quer o espaço **[dele]**_i no mercado.

(87) **[João]**_i quer o espaço **[dele]**_j no mercado.

Podemos ainda verificar uma possível restrição que o uso dos possessivos canônicos e não-canônicos pode trazer na leitura do antecedente relacionado ao caráter determinado e genérico, como em (88) e (89):

(88) **[O leão]_i** defende **[seu]_i** espaço. [-definido, -específico]

(89) **[O leão]_i** defende o espaço **[dele]_i**. [+definido, +específico]

Em (88), temos o sintagma nominal *O leão* como genérico pois não aponta para um indivíduo do conjunto que representa *leão*, ou seja, não temos a particularização desse elemento, mas temos uma leitura de classe na qual o sintagma aponta para toda o conjunto composto pelo item *leão*. Nesse caso, temos uma leitura genérica. Já em (89), a leitura se torna mais específica à medida que o possessivo não-canônico apresenta um grau de definitude maior, ou seja, a leitura se torna particularizada, não de classe, mas individualizada na qual a leitura se dá pela referência de um leão identificado pelos participantes do discurso.

3.3.4 Papel semântico do pronome possessivo de terceira pessoa

Os possessivos expressam mais do que a relação de posse entre as pessoas do discurso. Dapena (1982) propõe classificações em que os possessivos expressam diversos conteúdos relacionais: posse, benefício, interesse, participação, procedência, matéria, situação, parcela etc. (apud MONTEIRO, 1994, p. 118). Monteiro (1994) aponta essa relação estabelecida pelo pronome possessivo, afirmando que

[o] que eles realmente expressam é uma relação com as pessoas do discurso. A própria idéia de posse nem sempre é fundamental, já que eles podem transmitir outros valores, como o sentido de aproximação (“Maria tem talvez seus trinta anos”), de reverência (“minhas senhoras”) etc.

(MONTEIRO, 1994, p.117)

Nesta subseção, faremos uma comparação entre as ocorrências dos dois tipos de pronomes possessivos relacionando posse e autoria. Observemos os exemplos abaixo em (90), (91) e (92):

(90) Comprei o livro **de Monteiro**.

(91) Comprei **seu** livro.

(92) Comprei o livro **dele**.

Em (90), o sintagma preposicionado *de Monteiro* pode indicar três possíveis leituras: (i) o livro é de autoria de Monteiro; (ii) o livro pertence a Monteiro; (iii) foi Monteiro quem vendeu o livro. Em (91), temos: (i) o livro pertence a quem se fala (segunda pessoa); (ii) o livro é de autoria de a quem se fala; (iii) o livro é de alguém fora do contexto discursivo ou de sua autoria. Já em (92), a temos duas leituras: (i) o livro pertence a terceira pessoa; (ii) o livro é de autoria da terceira pessoa.

Essas leituras ficam mais claras a medida que adicionamos modificadores ao sintagma nominal, como em (93):

(93) Comprei [o novo álbum **de Adele**].

Em (93), a presença do adjetivo no sintagma nominal parece podemos entender que *Adele* não possui o álbum, mas é sua autora. Temos a mesma leitura se substituirmos o sintagma preposicionado *de Adele* por pronomes possessivos, como em (94) e (95) abaixo:

(94) Comprei [o novo álbum **dela**].

(95) Comprei [**seu** novo álbum].

A presença de modificadores parece restringir a leitura de autoria em relação à posse. Com quantificadores essa leitura de autoria também parece ser a mais aceitável, como em (96), (97) e (98):

(96) Já assisti muitos filmes **de diretores estrangeiros**.

(97) Já assisti muitos filmes **deles**.

(98) Já assisti muitos filmes **seus**.

Uma outra relação que podemos depreender dos exemplos acima é a de participação, não do momento discursivo – já que a terceira pessoa se encontra fora do momento comunicativo – mas da significação que sintagma nominal traz. No exemplo (97), se levarmos em conta um contexto onde *de/es* referencia um certo grupo de atores que participou de um filme, podemos entender (97) não como estabelecendo uma relação de posse ou autoria, mas de participação. Ilustramos essa relação em (99) e (100):

(99) Sempre acompanho as corridas **dela**.

(100) Sempre acompanho as **suas** corridas.

Em (99) e (100), o referente – extra discursivo – não possui a corrida, já que esta é um evento que inclui mais de uma entidade, mas participa da corrida na qual outras pessoas são, também, partícipes.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo, uma descrição do comportamento dos pronomes possessivos no português brasileiro, está longe de ser esgotado. Muitas outras questões relacionadas ao comportamento dos pronomes possessivos ainda precisam ser exploradas e descritas. Este trabalho não se propôs um estudo exaustivo, mas buscou descrever o comportamento dos pronomes possessivos em diferentes contextos, levando em conta sua posição no sintagma nominal, a natureza de seus antecedentes (pronomes indefinidos, interrogativos e quantificadores) e seu processo de ligação. Também discutimos alguns aspectos semântico dos pronomes possessivos, verificando as restrições que animacidade, genericidade e determinação impõem à ligação do pronome e seu antecedente, e as relações estabelecidas pelos possessivos que não configuram necessariamente posse, como autoria, por exemplo.

A partir do que foi descrito até aqui, podemos traçar algumas considerações sobre o comportamento dos pronomes possessivos canônicos e não-canônicos. Foi possível verificar que a posição que o pronome possessivo ocupa no sintagma nominal não decorre simplesmente de um recurso estilístico ou uma forma de dirimir ambiguidade. Como discutido na subseção 3.1.1, os pronomes possessivos de terceira pessoa canônicos e não-canônicos apresentam comportamentos distintos em relação a posição que podem ocorrer na sentença. Os determinantes parecem desempenhar um papel importante nas ocorrências das duas posições. Os possessivos canônicos podem ocupar as duas posições (pré e pós-nominal), porém em pós-nominal somente na presença de um determinante indefinido, propiciando leitura partitiva. Já os pronomes possessivos não-canônicos podem ocorrer somente em posição pós-nominal desde de que haja um determinante realizado.

Também discutimos a concordância que esses possessivos estabelecem com seus antecedentes. A concordância varia entre o item possuído e o possuidor. Os possessivos canônicos, por exemplo, concordam com o item possuído em gênero e número, não sendo possível recuperar informações sobre o *possuidor*, em relação a personalidade, concordam com a segunda e terceira pessoa. Já o não-canônico, concorda com o possuidor, sendo possível recuperar informações do seu antecedente, ao contrário dos canônicos. Em relação a concordância de pessoa, concordam somente com a terceira pessoa.

Outro ponto descrito nessa seção é a retomada de pronomes indefinidos pelos possessivos. Os pronomes possessivos canônicos podem retomar pronomes indefinidos como antecedentes, já os não-canônicos, não. Isso representa um ponto importante na discussão que propusemos no presente trabalho, pois é possível considerar os pronomes possessivos canônicos como elementos anafóricos, obedecendo, em certo nível, o que é estabelecido como o Princípio A da Teoria da Ligação (CHOMSKY, 1981). Já os pronomes possessivos não-canônicos apresentam comportamento propriamente de pronomes, obedecendo, em certo nível, o que é estabelecido como o Princípio B da Teoria da Ligação. Chomsky (1981) estabelece que, de acordo com a Teoria da Ligação, pronomes devem estar livre em seu domínio de ligação, podendo ter um antecedente expresso ou não. Já a anáfora precisa ser ligada a um antecedente para ser realizada, já que não possui conteúdo referencial que permita sua realização como elemento *livre*, o que pode ser ilustrado nos exemplos (1), (2) e (3)¹⁹:

(1) **[Ninguém]_i** mostra **[suas]_i** derrotas nas mídias sociais.

(2) ***[Ninguém]_i** mostras as derrotas **[dele]_i** nas mídias sociais.

(3) **[Ninguém]_i** mostras as derrotas **[dele]_j** nas mídias sociais.

Em (1), *suas* é uma variável ligada – relação anafórica (cf. MÜLLER, 2000). Já em (2), o *dele* não pode estar ligado ao antecedente, ou seja, precisa estar livre em seu domínio de vinculação. O exemplo (3) nos permite perceber o pronome *dele* como forma pronominal livre, já que não se liga a nenhum antecedente, mas aponta para um referencial extra-discursivo, estando livre em seu domínio de ligação. Uma possibilidade apontada na descrição é a ocorrência de possessivos não-canônicos pospostos a pronomes indefinidos, como nos exemplos (4) e (5)²⁰:

¹⁹ Os exemplos (1), (2) e (3) correspondem aos exemplos (17), (18) e (19a) da seção 3, respectivamente.

²⁰ Os exemplos (4) e (5) correspondem aos exemplos (22) e (23) da seção 3, respectivamente.

(4) **[Maria]_i** não quer nada **[seu]_{j/k}**.

(5) **[Jorge]_i** disse que é tudo **[seu]_{*i/j}**.

Quando temos um antecedente quantificado, os pronomes possessivos canônicos e não-canônicos apresentam comportamento similar a quando antecidos por pronomes indefinidos. Os pronomes possessivos canônicos estabelecem uma relação anafórica enquanto os não-canônicos, não (cf. (10)). Ambos ocorrem somente em posição pós-nominal, sendo agramaticais as ocorrências pré-nominais. O possessivo não-canônico pode ocorrer na mesma sentença que um sintagma quantificado desde que não estejam ligados, sendo o possessivo, neste caso, um pronome nos termos da Teoria da Ligação (1981), ou seja, uma forma livre:

(6) ***[Todo professor]_i** acha que os alunos **[dele]_i** são inteligentes.

Se considerarmos a discussão de Müller (2000) sobre o chamado pronome ‘E-type’, podemos considerar uma leitura na qual o *dele* retoma um sintagma quantificado. De acordo com Cooper (1979), a autora considera os *E-types* como “uma descrição definida que traz dentro de si um predicado (um substantivo) que é uma variável determinada pelo contexto²¹. (MÜLLER, 2000, p.21). Observemos o exemplo (7) abaixo:

(7) **[Todo professor]_i** acha que **[apenas um aluno]_m** tem dificuldade e as notas **[dele]_m** geralmente são boas.

Tomando o que disse Müller (2000), podemos entender que o sintagma quantificado *apenas um aluno* é retomado pelo possessivo não-canônico *dele*, que representa uma variável determinada pelo contexto. Podemos descrever essa relação

²¹ Para mais informações, ver Müller (2000).

da seguinte forma, parafraseando Müller (2000, p. 20): a descrição definida que o pronome possessivo não-canônico *dele* retoma é algum tipo de função, construída a partir da primeira sentença, cujo valor varia de acordo com o valor de um sintagma nominal quantificador que não é diretamente seu antecedente. Ou seja, o valor de *dele* varia com o valor de *apenas um aluno* que, por sua vez, varia com o valor de *todo professor*. A autora conclui afirmando: “Se esta descrição dos fatos é apropriada teríamos aqui um tipo de pronome que não pode ser descrito nem como referencial (pelo menos no sentido de denotar diretamente uma entidade), nem como variável ligada. (MÜLLER, 2000, p. 20).

Com pronomes interrogativos como antecedentes, tanto os possessivos canônicos, quanto os não-canônicos parecem se comportar analogamente a quando temos pronomes indefinidos como antecedente. O pronome possessivo canônico é ligado ao interrogativo que o antecede, ao passo que os não-canônicos não. Já posposto ao interrogativo, o possessivo não-canônico pode ocorrer, mas o canônico não, como observado nos exemplos (8) e (9):

(8) **Quem deles** é seu irmão?

(9) ***Quem seus** é seu irmão?

Nas construções onde ocorre posse inalienável, a leitura parece ser diferente para seres animados e inanimados. Para os primeiros, a presença do possessivo traz uma leitura ambígua (tanto canônicos, quanto não-canônicos): (i) são ligados ao antecedente; (ii) aponta para quem se fala (canônico); (iii) aponta para um referente extra discursivo, como observado nos exemplos em (10) abaixo:

(10) a. João quebrou o braço Ø.

b. [João]_i quebrou o braço [dele]_{i/j}.

c. [João]_i quebrou o [seu]_{i/k} braço.

Para seres inanimados, a leitura parece ser mais estrita: os possessivos se ligam ao seu antecedente, como nos exemplos em (11) abaixo:

- (11) a. O celular caiu com a tela Ø para baixo.
 b. **[O celular]_i** caiu com **[sua]_{i/*k}** tela para baixo.
 c. **[O celular]_i** caiu com a tela **[dele]_{i/*j}** para baixo.

A animacidade do antecedente também opera sobre as construções com pronomes possessivos que não sejam de posse inalienável e parece se comportar da seguinte forma: (i) quando o antecedente possui o traço [+animado], os pronomes possessivos canônicos e não-canônicos podem ser ligados sem comprometimento para a estrutura sintática (cf. (12-13)); (ii) quando o antecedente possui o traço [-animado], o canônico parece ser a forma mais viável (cf. (14-15)).

(12) **[O professor]_i** ajuda **[seus]_i** alunos.

(13) **[O professor]_i** ajuda os alunos **[dele]_i**.

(14) **[O Facebook]_i** monitora **[seus]_i** usuários.

(15) ? **[O Facebook]_i** monitora os usuários **[dele]_i**.

Outro fator que incide na ocorrência dos possessivos é a genericidade e determinação. Para antecedentes genéricos, ou seja, [-definido] e [-específico], somente os canônicos se ligam (cf. (16)). Já os determinados, [+definido] e [+específico], tanto canônicos quanto não-canônicos podem ser ligados (cf. (17)),.

(16) **[Todos]**_i querem **[seu]**_i espaço no mercado.

(17) ***[Todos]**_i querem o espaço **[dele]**_i no mercado.

Buscamos através desse trabalho, realizar uma descrição do comportamento morfossintático dos possessivos canônicos e não-canônicos de terceira pessoa. Essa descrição não se esgota de maneira nenhuma no escopo deste trabalho. Mais investigações a cerca desse fenômeno ainda são necessárias para uma melhor compreensão do comportamento dessa classe de pronomes. Esperamos que esse trabalho descritivo possa contribuir para ampliar o conhecimento que temos desses possessivos e como se comportam na estrutura sintática na qual estão inseridos.

REFERÊNCIAS

- BARROS, L.; BITTENCOURT, T. A Propósito dos Pronomes Possessivos do Português. **Confluência**. Rio de Janeiro, v 26-27, 2004, p. 119-147, 1º e 2º sem.
- BAGNO, M. Questões pessoais – os índices de pessoa. In: BAGNO, M. **Gramática Pedagógica do Português Brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2012. p. 737 – 771.
- BECHARA, E. **Moderna Gramática Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2009.
- BENVENISTE, E. **Problèmes de linguistique générale I**. Paris: Gallimard, 1966.
- BENVENISTE, E. **Problèmes de linguistique générale**. Paris: Gallimard, 1974.
- BHAT, D. N. S. **Pronouns**. Oxford: Oxford University Press, 2004.
- CARVALHO, D. S. **A Estrutura interna dos pronomes pessoais em português brasileiro**. Tese (Doutorado em Letras e Lingüística) – Faculdade de Letras, UFAL, Alagoas, 2008.
- CARVALHO, D. S.; BRITO, D.B.S. Pronomes: eixos fundamentais. In: CARVALHO, D. S.; BRITO, D.B.S. (org.). **Pronomes: Morfossintaxe e Semântica**. Salvador: EDUFBA, 2018. p. 7-14.
- CASTILHO, A. T. de. O sintagma nominal. In: _____. **Nova Gramática do Português Brasileiro**. São Paulo: Contexto, 2012. p. 453 – 510.
- CERQUEIRA, F.; CARVALHO, D. **O comportamento sintático-semântico do pronome pleno de terceira pessoa no português brasileiro**. Dossiê ANPOLL – 30 anos do Grupo de Trabalho em Teoria da Gramática, n.46, v.1, Florianópolis, 2017.

CERQUEIRA, V. C. **A sintaxe do possessivo no português brasileiro**. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 1996.

CHOMSKY, N. **Lectures on Government and Binding**. Dordrecht: Foris, 1981.

CHOMSKY, N. **Minimalist program**. Cambridge: MA MIT Press, 1995.

CINTRA, L; CUNHA, C. **Nova Gramática do Português Contemporâneo**. Rio de Janeiro: Lexicon, 2017.

COLLINS, C; POSTAL, P. M. **Imposters: A Study of Pronominal Agreement**. London: The MIT Press, 2012.

DUARTE, M. E. L. A Perda do Princípio “Evite Pronome” no Português Brasileiro. **Sínteses**. São Paulo, v. 1, 1996, p. 87-105.

FILLMORE, C. Em Favor do Caso. In: LOBATO, L. **A Semântica na Linguística Moderna: o Léxico**. Rio de Janeiro, Francisco Alves, 1977.

HERTZENBERG, M. J. B. **Theoretical Foundations**. In: HERTZENBERG, M. J. B. **Third Person Reference in Late Latin**. Berlin: De Gruyter, 2015. p, 22-70.

HORST, S. J.; WIESE, H. Grammatical properties of pronouns and their representation: An exposition. In: HORST, S. J.; WIESE, H. (org.). **Pronouns – Grammar and Representation**. Amsterdam: John Benjamin Publishing Co, 2012. p. 1-21.

INFANTE, U.; NETO, P. C. **Gramática da Língua Portuguesa**. São Paulo: Scipione, 1998.

LYONS, J. **Introduction to Theoretical Linguistics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1968.

LYONS, J. Deixis, Space and Time. In: LYONS, J. **Semantics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1977, p. 636-724.

MENDES, F. **Estruturas possessivas: a aquisição de posse inalienável no português brasileiro**. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, 2015.

MONTEIRO, J. **Pronomes Pessoais**. Fortaleza: Edições UFC, 1994.

MÜLLER, A. N. P. **A gramática das formas possessivas no português do Brasil**. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, UNICAMP, Campinas, 1997.

MÜLLER, A. N. P. Pronomes e Anáforas – O Estado da Arte. 2000. Disponível em: <<http://linguistica.fflch.usp.br/sites/linguistica.fflch.usp.br/files/u87/Pronomes%20e%20Anafora.pdf>>. Acesso em: 01 fev. 2019.

NEVES, M. H. M. N. **Gramática de Usos do Português**. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

RAPOSO, E. P. **Teoria da Gramática: a faculdade da linguagem**. Lisboa: Caminho, 1992.

SCARDUA, Juliana Rangel; YACOVENCO, Lilian Coutinho. A variação pronominal de segunda pessoa: contribuições da sociolinguística para o ensino de língua portuguesa. **Working Papers em Linguística**, Florianópolis, v. 18, n. 2, p. 171-191, jan. 2018. ISSN 1984-8420. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/workingpapers/article/view/1984-8420.2017v18n2p171/35836>>. Acesso em: 01 fev. 2019.